



## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO nº 90016/2026

#### Registro de Preços (Lei 14.133/2021)

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO	UNIDADE GESTORA (UASG): 926495	
PROCESSO Nº: 2026/009110	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário	
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADA: LICITAÇÃO MISTA		
ORÇAMENTO SIGILOSO: NÃO		
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto Estadual nº 62.867/2017.		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL pela licitação	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	
ÓRGÃOS PARTICIPANTES (art. 19 da Resolução CNJ nº 347/2020)	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	
OBJETO		
Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição de papéis diversos, utilizados pela gráfica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo/TJSP (Órgão RESPONSÁVEL pela licitação) na confecção de impressos, e para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo/TCESP (Órgão PARTICIPANTE da contratação), em Lotes, conforme especificações constantes que integram este Edital e seus Anexos.		
PRAZOS		
DATA DO INÍCIO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:	A partir da divulgação no PNCP	
SESSÃO PÚBLICA		
LOCAL	DATA	HORA
www.compras.gov.br	29/05/2026	11:00
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL		
O Edital está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl), e no Portal de Compras do Governo Federal – (www.compras.gov.br)		

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Provimento CSM nº 2.724/2023	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357</a>
Provimento nº 100/2024	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/219767">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/219767</a>
Instrução Normativa nº 17/2025	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/231240">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/231240</a>
Resolução CNJ nº 7/2005	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187</a>
Resolução CNJ nº 9/2005	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189</a>
Resolução CNJ nº 181/2013	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873</a>
Resolução CNJ nº 229/2016	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300</a>
Resolução CNJ nº 347/2020	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3518">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3518</a>
Resolução CNJ nº 351/2020	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557</a>

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, realizará a licitação na modalidade **“PREGÃO”**, na forma **“ELETRÔNICA”**, critério de julgamento **“MENOR PREÇO”**, modo de disputa **“ABERTO”**, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023 e Provimento nº 100/2024 desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 347/2020 e 351/2020, além das regulamentações estaduais, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante para todos os fins de direito:

- Anexo I** — Termo de Referência
  - Anexo I-A** — Quantidades
  - Anexo I-B** — Especificação Técnica
  - Anexo I-C** — Modelo de Proposta
- Anexo II** — Declaração Unificada – Lei nº 14.133/2021
- Anexo III** — Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados
- Anexo IV** — Catálogo de Materiais (CatMat)
- Anexo V** — Relatório do Resultado da Pesquisa de Preços
- Anexo VI** — Minuta da Ata de Registro de Preços – TJSP
- Anexo VII** — Minuta de Ata de Registro de Preços – TCESP

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta licitação é a constituição de **Sistema de Registro de Preços** para aquisição de **papéis diversos**, utilizados pela gráfica do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo/TJSP (Órgão RESPONSÁVEL pela licitação)** na confecção de impressos, e para o **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo/TCESP (Órgão PARTICIPANTE da contratação)**, em **Lotes**, conforme especificações constantes que integram este Edital e seus **Anexos**.
- 1.2. **Catálogo de Materiais (CatMat):** Conforme **Anexo IV**.
- 1.3. A Detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se a executar as Autorizações de Fornecimento/Contratos que poderão advir, expedidas pela(s) **Contratante(s)**, até a capacidade de fornecimento declarada na Proposta, conforme **Anexo I-C – Modelo de Proposta**.
- 1.4. Fica vedada a adesão por órgãos não participantes à ata de registro de preços decorrente desta licitação, assim como participação de outros órgãos por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que os produtos/serviços serão prestados/fornecidos para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo/TCESP.
- 1.5. A licitação será realizada em **Lotes**, conforme especificado no Termo de Referência (**Anexo I**), devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote de participação, conforme Modelo de Proposta (**Anexo I-C**).

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**).
  - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. Exclusivamente para os **Lotes 1 e 2**, enumerados no **Anexo I**, somente poderão participar empresas que se enquadrem, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06.

- 2.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no **item 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6.** Para os **Lotes 3, 4 e 5** será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.6.1.** A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo apresentar a Declaração Unificada, conforme consta no modelo do **Anexo II**.
- 2.7.** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

### 3. DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- 3.1.1.** Aquela que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.1.2.** Empresas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição.

- 3.1.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o que inclui:
- 3.1.3.1.** impedimento para licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo;
  - 3.1.3.2.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;
  - 3.1.3.3.** licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.1.4.** Para os **Lotes 1 e 2**, empresas que não se enquadrem na condição de microempresas e empresas de pequeno porte;
- 3.1.5.** Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.1.6.** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
- 3.1.7.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 3.1.8.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.1.9.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições

análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

#### 4. DA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.2.1.** O preço unitário e total por item e somatório dos valores totais do Lote de participação:

**4.2.1.1.** No preço unitário deverá ser considerada a isenção do ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços prevista no art. 55, do Anexo I, do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços do Estado de São Paulo, ou seja, sem a carga tributária do ICMS;

**4.2.1.2.** O valor equivalente à isenção do ICMS, a que se refere o art. 55, do Anexo I do mencionado Regulamento, obrigatoriamente, deverá ser indicado no respectivo documento fiscal por ocasião do pagamento.

**4.2.1.3.** O instituto da isenção do ICMS não se aplica nos casos de:

**4.2.1.3.1.** Aquisição de bens ou mercadorias de fornecedores domiciliados fora do Estado de São Paulo;

**4.2.1.3.2.** Aquisição de bens, mercadorias e prestações de serviços adquiridos com o ICMS retido antecipadamente por sujeição passiva por substituição tributária;

**4.2.1.3.3.** Aquisição de bens ou mercadorias importadas que possuam similares produzidos no Brasil.

- 4.2.2.** A empresa poderá indicar até 3 (três) marcas em cada item para Registro de Preços.
- 4.2.2.1.** Todas as marcas indicadas deverão atender às especificações e exigências constantes do Edital e seus Anexos (item 3.6.2 do **Anexo I – Termo de Referência**).
- 4.2.3.** Confirmar via *chat* de que concorda com o prazo de validade da proposta (item 4.18 do edital), prazo de entrega (item 8.1. do **Anexo I – Termo de Referência**) e prazo de pagamento (item 10.5.5 do **Anexo I – Termo de Referência**) estabelecidos no edital, se solicitado(a) pelo(a) pregoeiro(a).
- 4.2.4.** Em atendimento ao item 5.7.2, no encerramento da etapa de negociação, e antes da aceitabilidade do preço, será solicitado(a) pelo(a) Pregoeiro(a) à empresa que ofertou o menor lance, de acordo com o Lote de participação:
- 4.2.4.1.** A proposta atualizada, conforme modelo do **Anexo I-C**.
- 4.2.4.2.** Comprovação de cadastro no CTF/APP, conforme item 6.1.1 do **Anexo I**.
- 4.3.** No cadastramento da proposta inicial, em campo próprio do sistema, deverão ser preenchidas as declarações exigidas dos licitantes.
- 4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e



empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

**4.5.3.** não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de se verificar a exceção especificada neste **item 4.5.3**, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.6.** A falsidade da declaração de que trata os **subitens 4.3 a 4.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

**4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.10.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.10.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando



adotado o critério de julgamento por menor preço; e

- 4.10.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **subitem 4.9** não terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação.
- 4.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.14.** Ao formular a proposta de preço, o licitante deverá indicar os valores dos itens que irão compor o **VALOR GLOBAL do Lote ofertado**, conforme planilha de composição de custos – **Anexo I-C**.
- 4.15.** Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.
- 4.16.** O valor proposto será fixo e nele deverão estar incluídos todos os tributos, fretes, taxas e demais custos necessários à prestação do serviço objeto desta licitação.
- 4.17.** Os preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional e apurados na data de sua apresentação, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- 4.18.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.
- 4.19.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.20.** Na formulação da proposta de preços, o licitante deverá computar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeita.
- 4.21.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.22.** No momento a que se refere o **item 4.2.4**, deverão ser indicadas as seguintes informações do licitante e de todos os seus representantes:

**4.22.1.** Da empresa:

- a) Número do CNPJ;
- b) Razão Social;
- c) Endereço completo;
- d) Telefone(s) comercial;
- e) E-mail comercial; e,
- f) Dados bancários: Banco do Brasil S.A., agência e número da conta corrente.

**4.22.2.** Do(s) representante(s):

- a) Nº do CPF;
- b) Nome completo;
- c) e-mail;
- d) Telefone;
- e) Se é sócio administrador; e
- f) Se é signatário do contrato.

**4.23.** A(s) planilha(s) eletrônica(s) disponibilizada(s) no formato Excel no portal de licitações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Governo Federal é (são) de uso facultativo. No entanto, o licitante deverá apresentar o cálculo de acordo com o **Anexo I-C**, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

### **5.1. Da abertura da sessão pública**

**5.1.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 5.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

## 5.2. Da formulação de lances

- 5.2.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item e com julgamento e adjudicação considerando o **VALOR GLOBAL do(s) lote(s) ofertado(s)**.
- 5.2.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.2.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.2.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser em conformidade com o **Anexo I-C – Modelo de Proposta**.
- 5.2.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.2.7. O modo de disputa adotado é o aberto, em razão disso, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.2.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.2.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 5.2.10.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.2.11.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.2.12.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.2.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.2.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.2.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.2.16.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.2.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.2.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

### **5.3. Das microempresas e empresas de pequeno porte**

- 5.3.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será

efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

**5.3.1.1.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.3.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.3.3.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.3.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.3.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

#### **5.4. Do critério de desempate**

**5.4.1.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**5.4.2.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- 5.4.2.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.4.2.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.4.2.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.4.2.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 5.4.2.5.** persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a)** empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
  - b)** empresas brasileiras;
  - c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.4.2.6.** caso a situação de empate real não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, acima indicados, antes da fase de julgamento, o sistema Compras.gov irá realizar sorteio, de forma automática.

## **5.5. Da negociação**

- 5.5.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 5.5.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.5.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.5.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.5.5.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.5.5.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 5.5.5**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.5.6.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **5.6. Da classificação das propostas**

- 5.6.1.** Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.6.1.1.** contiverem vícios insanáveis.
- 5.6.1.2.** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus Anexos.
- 5.6.1.3.** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.
- 5.6.1.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.
- 5.6.1.5.** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e de seus Anexos, desde que insanável.



- 5.6.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.6.3.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 5.6.4.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios legais estabelecidos no **art. 60 da Lei 14.133/2021**.
- 5.6.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

## **5.7. Da aceitabilidade do preço**

- 5.7.1.** A aceitabilidade da(s) proposta(s) será(ão) aferida(s) a partir do(s) preço(s) de mercado, para os lotes abaixo indicados, apurado(s) mediante pesquisa realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não poderão ser superiores aos valores totais por lote:

LOTE	VALOR (R\$)
1	26.940,20
2	4.380,00
3	278.670,00
4	242.108,00
5	195.936,00

- 5.7.2.** Para verificação de aceitabilidade, caso ainda não os tenha, o licitante autor do menor preço deverá encaminhar os preços unitários e totais por item do lote de participação, com valores adequados ao preço final ofertado, por meio eletrônico que vier a ser disponibilizado.
- 5.7.3.** O prazo para envio das informações será estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) mediante mensagem registrada no sistema.
- 5.7.4.** Na análise de viabilidade do preço proposto, o(a) Pregoeiro(a) considerará os preços apresentada pela licitante, em que todos os valores serão avaliados em relação ao preço de mercado.

**5.7.4.1.** Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, desde que não prejudiquem a isonomia ou a competitividade do certame e atendidas as demais condições de aceitabilidade.

**5.7.4.2.** O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a isonomia ou a competitividade do certame, a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

## 6. DA HABILITAÇÃO

### 6.1. Dos documentos de habilitação jurídica:

- 6.1.1.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 6.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado, atualizado e documentação comprobatória dos(as) atuais administradores(as) ou dirigentes;
- 6.1.3.** No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus atuais administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- 6.1.4.** Ato constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 6.1.5.** No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 6.1.6.** Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 6.2. Dos documentos de qualificação técnica:

- 6.2.1.** Como documentos para Qualificação Técnica, deverão ser apresentados aqueles relacionados no **item 15.2 do Anexo I**.

- 6.2.2.** Os atestados relativos à qualificação técnico-profissional e operacional, poderão ser oriundos de entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 6.2.3.** Os atestados de capacidade técnica deverão referir-se a produtos ofertados no âmbito do objeto social especificado no contrato social vigente, devidamente registrado, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- 6.2.4.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 6.2.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 6.2.6.** É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou a sua Equipe de Apoio, promover diligências destinadas a averiguar a veracidade das informações constantes dos atestados.
- 6.2.7.** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
- 6.2.7.1.** Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- 6.2.7.2.** Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

**6.2.7.2.1.** Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

**6.3. Dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista:**

- 6.3.1.** Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 6.3.2.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.3.3.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal (Tributos Mobiliários), da sede do licitante;
- 6.3.4.** Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 6.3.5.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 6.3.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**6.4. Dos documentos de qualificação econômico-financeira**

**6.4.1. Para todos os lotes (Nível 1), e de acordo com o Lote de participação:**

- 6.4.1.1.** A licitante deverá comprovar que possui boa situação financeira, considerando-se aquela que não esteja em regime falimentar e

possua, no último exercício social, de acordo com o **nível 1** de aferição previsto pela Instrução Normativa nº 17/2025 deste TJSP:

**6.4.1.1.1.** patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do **valor estimado da contratação**;

**6.4.1.1.2.** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

**6.4.2.** A comprovação deverá ser feita mediante:

**6.4.2.1.** Apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado, já exigíveis e apresentados na forma das Leis nº 6.404/76, 10.406/02 e 8.934/1994, Decretos nº 1.800/1996 e 8.683/2016 e demais normas pertinentes, devidamente assinados(as) por contador(a) ou por profissional equivalente e pelo(a) representante legal, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, e termos de abertura e encerramento do livro diário devidamente autenticado.

**6.4.2.1.1.** O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em relação aos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

**6.4.2.1.2.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**6.4.2.2.** A licitante que transmite a Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) poderá fazer a comprovação de autenticação mediante a apresentação do respectivo recibo de entrega.

**6.4.2.3.** Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade ou, embora regular, apresente índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) menores que 1 (um), poderá ser exigida declaração e memória de cálculo, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos para a contratação.

**6.4.3.** Os cálculos dos indicadores relacionados no **item 6.4.1.1** poderão ser realizados com base na documentação contábil:

**6.4.3.1.** do último exercício social, no caso de a empresa ter sido constituída há menos de dois anos;

**6.4.3.2.** da abertura, no caso de a entidade interessada ter sido constituída no exercício financeiro da licitação ou no que a antecedeu, sendo que, no último caso, somente será admitida se porventura as demonstrações contábeis do exercício anterior não forem exigíveis nos termos da legislação e do marco temporal estabelecido no edital/contrato.

**6.4.4.** Deverá ser apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**6.4.5.** Por tratar-se de contratação por lotes, o patrimônio líquido exigível e o capital de giro, quando aplicável, serão calculados cumulativamente considerando o valor de cada lote em que o licitante tenha apresentado as melhores ofertas.

**6.5. Outros documentos:**

**6.5.1.** Declaração Unificada (Modelo do **Anexo II**).

**6.6. Da autenticidade dos documentos:**

**6.6.1.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o(a) Pregoeiro(a), mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

**6.6.2.** O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

**6.7. Do julgamento de habilitação**

**6.7.1.** Os documentos previstos no Edital (e seus Anexos), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

- 6.7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 6.7.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021), conforme **Anexo II** (Declaração Unificada).
- 6.7.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.7.5.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.7.6.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.7.6.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 6.7.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



- 6.7.7.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 6.7.8.** A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.7.8.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a).
- 6.7.8.1.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 6.7.8.1**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.7.9.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 6.7.9.1.** Os documentos relativos à habilitação que constem do Edital/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 6.7.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 6.7.10.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 6.7.10.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 6.7.11.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 6.7.12.** Na hipótese de ocorrerem indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, o licitante será inabilitado, mediante decisão motivada.
- 6.7.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 6.7.8.1.1**.
- 6.7.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 6.7.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 6.7.16.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados(as) pelo(a) Pregoeiro(a), deverão ser encaminhados ao Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), situado na Rua Direita, nº 250, 23º andar – Sé – São Paulo/SP – CEP: 01002-903.
- 6.7.17.** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 6.7.18.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.7.18.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, neste ato representada pelo(a) Pregoeiro(a), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**6.7.18.2.** A sessão pública será suspensa pelo(a) Pregoeiro(a), por 5 (cinco) dias úteis, para que o licitante vencedor possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

**6.7.18.3.** Na retomada da sessão, o(a) Pregoeiro(a) decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista.

**6.7.18.4.** A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação de penalidades cabíveis.

**6.7.19.** Se a oferta não for aceitável, se o licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o licitante, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo licitante atenda às condições do Edital, caso em que será declarado(a) vencedor(a).

## **6.8. Considerações gerais**

**6.8.1.** A declaração ou documentação falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.

**6.8.2.** As certidões apresentadas serão consideradas válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição, na hipótese de não constar prazo de validade no documento.

**6.8.3.** As certidões Positivas com efeito de Negativas terão o mesmo efeito de Certidões Negativas.

## **7. DO RECURSO**

**7.1.** As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

**7.1.1.** Se houver a necessidade de apresentação de documentos, atinentes ao recurso ou às contrarrazões, poderá ser encaminhado ao e-mail: [gpac@tjsp.jus.br](mailto:gpac@tjsp.jus.br)

- 7.1.2.** Os documentos que não puderem ser enviados por meio eletrônico, deverão ser apresentados mediante protocolo, no Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), sito na Rua Direita, nº 250 – 23º andar, São Paulo, nesta Capital, observados o prazo de 3 (três) dias úteis.
- 7.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação no sistema.
- 7.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 7.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 7.4.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 7.4.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação no sistema.
- 7.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 7.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 7.10.** Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, sendo que os autos do processo, poderão ser solicitados por e-mail, no endereço: [licitacoes@tjsp.jus.br](mailto:licitacoes@tjsp.jus.br).
- 7.11.** A falta da manifestação imediata do licitante, no prazo concedido, importará a decadência do direito de recurso e o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 7.12.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **8. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 8.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.

## **9. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

- 9.1.** Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 9.2.** A desconexão do sistema eletrônico com o(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, implicará:
- 9.2.1.** No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.2.2.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.3.** A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## 10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

**10.1.** Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, através do **Portal TJSP** (*Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo* – <https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>), solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do certame.

**10.1.1.** Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações em qualquer outro e-mail ou link.

**10.1.2.** A impugnação e os pedidos de esclarecimentos serão formulados em campo próprio do **Portal TJSP**.

**10.1.3.** A resposta à impugnação ou a pedido de esclarecimento serão divulgados no **Portal TJSP** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.1.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.1.5.** Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para realização da licitação, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### 11.1. Do prazo de assinatura

**11.1.1.** Homologado o resultado e adjudicado o objeto da licitação, o(a) vencedor(a) terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar a Ata de Registro de Preços e o **Anexo III** - Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados da Ata, bem como os Contratos que poderão advir, por meio de assinatura eletrônica, a serem disponibilizados no sítio do Tribunal de Justiça.

**11.1.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**11.1.1.2.** O(A) representante legal do licitante vencedor, legitimado(a) para firmar o ajuste, deverá **possuir o certificado digital (e-CPF) válido**.

**11.1.1.3.** Na impossibilidade da Ata de Registro de Preços e o **Anexo III** e/ou Contrato serem assinados eletronicamente, por falha do sistema ou por motivo superveniente do Tribunal de Justiça, o licitante vencedor será convocada para assiná-los fisicamente.

**11.1.1.4.** O licitante vencedor deverá informar no momento a que se refere o subitem 4.2.4 o e-mail do(a) representante legal para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, do **Anexo III** e dos Contratos que poderão advir.

**11.1.1.5.** O licitante deverá observar as determinações contidas nas alíneas "i" e "n" do **Anexo III**, por meio de contatos a serem mantidos com o(a) gestor(a) da contratação.

**11.1.2.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**11.1.3.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**11.1.4.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11.1.5.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **11.2. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços**

**11.2.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será conforme **item 3.7.1** do **Anexo I**.



## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**12.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**12.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**12.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**12.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**12.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**12.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**12.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**12.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**12.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**12.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**12.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

- 12.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### 13. DAS CONTRATAÇÕES

- 13.1.** Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas neste ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.
- 13.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
- 13.3.** Os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizados nos termos do **CAPÍTULO I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, em sua atual redação.
- 13.4.** Deverá conter no Contrato ou instrumento equivalente para execução do objeto:
- 13.4.1.** Local de entrega;
  - 13.4.2.** Número do Registro de Preços;
  - 13.4.3.** Valor da despesa;
  - 13.4.4.** Prazo de entrega dos produtos;
  - 13.4.5.** Descrição e quantificação dos produtos; e
  - 13.4.6.** Recursos orçamentários que serão onerados pela despesa correspondente (cópia da Nota de Empenho).
- 13.5.** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, as quais serão verificadas pelo Tribunal de Justiça antes da assinatura do contrato, eletronicamente, via sítios oficiais na internet.
- 13.6.** Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a

situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

- 13.7.** Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 13.8.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799, de 2008.
- 13.9.** Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:
- 13.9.1.** Sicaf;
- 13.9.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 13.9.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 13.9.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 13.9.5.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 13.9.6.** Cadastro Estadual de Empresas Punidas CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

**13.9.7.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

**13.10.** A consulta ao cadastro CNICAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**13.11.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.11.1.** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:

**13.11.1.1.** sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**13.11.1.2.** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**13.11.1.3.** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

**13.11.2.** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o **subitem 13.11** e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização de termo aditivo na hipótese de que trata o **subitem 13.11.1.**

### **13.12. Do prazo e do local de entrega do objeto**

**13.12.1.** A contratada deverá entregar os produtos em conformidade com o estabelecido neste Edital, e no prazo indicado no **item 8.1 do Anexo I.**

**13.12.2.** A entrega dos produtos deverá ser feita nos locais indicados no **item 7 do Anexo I**, correndo por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega.

### **13.13. Do reajuste da Ata de Registro de Preços**

**13.13.1.** O valor poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **30/01/2026**, conforme **item 3.7.2.1 do Anexo I**.

**13.14. Do equilíbrio econômico-financeiro**

**13.14.1.** O Contratante terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

**13.15. Do cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**

**13.15.1.** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos dos arts. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020.

**13.15.2.** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: [daps@tjsp.jus.br](mailto:daps@tjsp.jus.br), contendo:

**13.15.2.1.** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

**13.15.2.2.** Nome da empresa contratada;

**13.15.2.3.** Descrição sucinta dos acontecimentos.

**13.15.3.** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: [daps@tjsp.jus.br](mailto:daps@tjsp.jus.br).

**13.15.4.** A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557.

**13.15.5.** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

#### **13.16. Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados**

**13.16.1.** Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (**Anexo III**).

### **14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**14.1.** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual dever ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023.

**14.2.** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no **Anexo I**.

**14.3.** Na ausência de prazos no **Anexo I**, fica estabelecido que:

**14.3.1.** o recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e

**14.3.2.** o recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**14.4.** O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no **Anexo I**.

- 14.5.** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 14.6.** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos produtos/serviços efetivamente entregues/prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos do objeto.
- 14.7.** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a)** a qualidade do material e dos produtos empregados;
  - b)** a presteza no atendimento das solicitações da Administração;
  - c)** o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.
- 14.8.** Caso os materiais não sejam entregues nas formas previstas **Anexos deste Edital**, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

## 15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 15.1.** A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do Contratante, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2724/2023, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 15.2.** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os(as) servidores(as) indicados(as) pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.
- 15.3.** Para efeito do disposto neste item, o Contratante registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.



- 15.4.** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

## **16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 16.1.** O prazo para pagamento será em conformidade com o **item 10.5.5 do Anexo I**.
- 16.2.** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 16.3.** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 16.4.** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 16.5.** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 16.5.1.** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **item 16.2**.
- 16.5.2.** A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo da ata de registro de preços/contrato.

- 16.5.3.** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho, na ata de registro de preços/contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(a) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no **item 16.1** será interrompido.
- 16.5.4.** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 16.6.** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.
- 16.6.1.** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br), NF-e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 16.6.2.** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 16.7.** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 16.8.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa 3.3.90.30.41 - Fonte 175930022.

## 17. DAS SANÇÕES

- 17.1.** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.

**17.2.** Na penalidade de multa, **caso não esteja estipulada nos Anexos deste Edital**, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, de:

**17.2.1.** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos bens ou serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;

**17.2.2.** 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

**17.2.3.** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

**17.2.4.** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim;

**17.2.5.** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor do Contrato, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, incluindo a assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, compra ou obra.

**17.3.** A Contratada que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.

**17.4.** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibido de licitar e contratar, através da declaração de inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**17.4.1.** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do **item 17.3**, também sofrerão a sanção mencionada no **item 17.4**.

**17.5.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

**17.6.** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.

**17.7.** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.

**17.8.** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.2.** Das sessões públicas de processamento da licitação será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela equipe de apoio.
- 18.3.** Será mantido sigilo quanto a identidade dos licitantes, para o(a) Pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o(a) autor(a) da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 18.4.** O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Eletrônico da Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo (DEJESP) e nos sítios eletrônicos [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br) e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)
- 18.5.** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa quando:
- 18.5.1.** A contratada venha a contratar empregados(as) que sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros(as) ou juízes(as) vinculados(as) ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 18.5.2.** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos(as) magistrados(as) ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores(as) ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 18.5.3.** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os(as) magistrados(as) e servidores(as) geradores(as) de incompatibilidade

estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

- 18.5.4.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado(a) ou servidor(a) não abrangido(a) pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

## 19. DO FORO

- 19.1.** Para dirimir as questões oriundas deste Edital, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

São Paulo, data registrada no sistema.

Eliana Bontansa  
**Coordenadora de Licitações e Compras**  
SAAB 5.1

Rodnei Pinto Fernandes  
**Diretor de Licitações e Suprimentos**  
SAAB 5

## Pregão Eletrônico nº 90016/2026

Anexo	Descrição	Fls.
Anexo I	Termo de Referência	44 a 57
Anexo I-A	Quantidades	58
Anexo I-B	Especificação Técnica	59 a 62
Anexo I-C	Modelo de Proposta (1)	63 a 64
Anexo II	Declaração Unificada – Lei nº 14.133/2021	65
Anexo III	Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados	66 a 68
Anexo IV	Catálogo de Materiais (CatMat)	69 a 70
Anexo V	Relatório do Resultado da Pesquisa de Preços	71 a 78
Anexo VI	Minuta da Ata de Registro de Preços – TJSP	79 a 92
Anexo VII	Minuta da Ata de Registro de Preços - TCESP	93 a 105

(1) Observação: Ver subitem 4.23 do Edital.



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
(Lei 14.133/2021)  
**Registro de Preços**

**1. OBJETO**

- 1.1. Sistema de Registro de Preços para aquisição de papéis diversos utilizados pela Gráfica do Tribunal de Justiça de São Paulo na confecção de impressos.

**2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

- 2.1. Não será realizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços, tampouco será permitida a adesão à ata de registro de preços por outros órgãos. Tal medida se justifica pela inexistência, no âmbito do Tribunal de Justiça, de estrutura destinada ao controle e monitoramento para o gerenciamento de atas.
- 2.2. Esta licitação será gerenciada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e terá como participante o seguinte órgão:

CNPJ	ÓRGÃO
50.290.931/0001-40	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 2.3. As quantidades relativas ao órgão participante constam no **ANEXO I-A – QUANTIDADES**.
- 2.4. Após a homologação do certame, serão firmadas Atas de Registro de Preços individuais para o Tribunal de Contas do Estado do São Paulo.
- 2.4.1. O órgão participante designará sua própria equipe de gestão e fiscalização dos contratos.
- 2.5. As cláusulas, valores, e prazos definidos neste Termo de Referência aplicam-se também ao órgão participante, podendo haver adequações na dinâmica de contratações e faturamento, mediante concordância da empresa.
- 2.5.1. Quando da assinatura da respectiva Ata, o órgão participante adequará as atribuições, em especial quanto aos(às) responsáveis pela gestão e pelo ateste das respectivas notas fiscais, de acordo com seus(suas) responsáveis internos.

### 3. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

#### 3.1. Natureza do Objeto

A natureza do objeto a ser contratado é aquisição de material de consumo, caracterizado como comum.

#### 3.2. Aquisição de itens de luxo (art. 20 da Lei nº 14.133/2021)

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

#### 3.3. Quantitativo

##### Lote 1 – Papel Cartolina/Papel Cartão

Item	Cód. ALX	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade TJ	Quantidade TCESP
1	16.0152	Papel cartolina simples 240 gr/m² Cor verde – 50x66cm	Pacote 100 fls.	60	05
2	16.0094	Cartão triplex 300 g/m² - 77 x 113 cm - branco	Pacote 100 fls.	40	--

##### Lote 2 – Papel Autocopiativo

Item	Cód. ALX	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade TJ	Quantidade TCESP
1	16.0222	Papel autocopiativo branco 66x96cm	Pacote 250 fls.	12	--

##### Lote 3 – Papel Reciclado

Item	Cód. ALX	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade TJ	Quantidade TCESP
1	42.0014	Papel reciclado 120 gr/m² - 66x96cm	Pacote 250 fls.	60	04
2	42.0015	Papel reciclado 180 gr/m² - 66x96cm	Pacote 125 fls.	144	08
3	42.0030	Papel reciclado 75gr/m² - 66x96cm	Pacote 500 fls.	264	04
4	42.0032	Papel reciclado 240 gr/m² 66x96cm	Pacote 125 fls.	240	12

#### Lote 4 – Papel Couché

Item	Cód. ALX	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade TJ	Quantidade TCESP
1	42.0035	Papel couché 115 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	Pacote 250 fls.	120	12
2	42.0037	Papel couché 150 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	Pacote 100 fls.	120	20
3	42.0044	Papel couché 210 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	Pacote 100 fls.	36	3
4	42.0045	Papel couché 90 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	Pacote 250 fls.	432	40
5	42.0060	Papel couché fosco 300 g/m <sup>2</sup> - 66x96 cm	Pacote 100 fls.	100	--

#### Lote 5 – Papel Offset

Item	Cód. ALX	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade TJ	Quantidade TCESP
1	16.0008	Papel offset 75 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	Pacote 500 fls.	384	--
2	42.0034	Papel off-set 240 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	Pacote 100 fls.	54	06
3	42.0047	Papel offset 90 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	Pacote 250 fls.	40	01
4	42.0053	Papel off-set 120 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	Pacote 250 fls.	60	01

- 3.3.1.** As quantidades a registrar indicadas no **ANEXO I-A – QUANTIDADES** são as máximas que poderão ser adquiridas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 3.3.2.** O licitante **não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se no limite dela.**
- 3.3.3.** As quantidades indicadas para registro são estimadas, calculadas com base em histórico de fornecimento e em expectativa de necessidade futura, contendo margem que permita a absorção de eventuais alterações na estimativa ao longo da vigência das Atas.
- 3.3.4.** Nos termos do art. 83, da Lei nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**3.4. Aplicação da cota de até 25% para ME/EPP** (inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006)

**3.4.1.** Tendo em vista a necessidade de maior eficiência na gestão das contratações advindas deste Registro de Preços, entende-se, nos termos do artigo 49, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 atualizada, não ser aplicável a atribuição da cota de participação exclusiva prevista no art. 48, inc. III do mesmo dispositivo, salientando-se que, de acordo com o valor estimado, os lotes 1 e 2 já serão destinados à participação exclusiva de ME/EPP, nos termos do art. 48, inc. I da citada Lei.

**3.5. Dos preços** (inc III, art. 82 da Lei nº 14133/2021)

**3.5.1.** O preço cotado pelas licitantes será único e deverá incluir frete e demais despesas.

**3.5.2.** Para empresas sediadas no Estado de São Paulo, os preços ofertados deverão ser considerados sem a aplicação do ICMS, nos termos do edital.

**3.5.3.** Os preços registrados em ata poderão ser revistos, mediante provocação da parte interessada, desde que ocorram fatos geradores de desequilíbrio econômico-financeiro. A revisão de preços somente será apreciada mediante justificativa detalhada que confirme a necessidade de ajuste de preço.

**3.6. Das propostas**

**3.6.1.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

**3.6.2.** A licitante poderá indicar até 3 (três) marcas para Registro de Preços.

**3.6.2.1.** Todas as marcas indicadas deverão atender às especificações e exigências constantes do Edital e seus Anexos.

**3.6.2.2.** Nos termos do art. 41, inc.III da Lei 14.133/2021, poderá ser vedada a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pelo adimplemento da obrigação contratual.

**3.6.3.** Quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a licitante deverá apresentar a proposta conforme **ANEXO I-C** – Modelo de Proposta.

**3.7. Prazo da Ata de Registro de Preços**

**3.7.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021:

**3.7.1.1.** As atas de registro de preços serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo estabelecido no art. 94, inc. I da Lei nº 14.133/2021, considerando-se ainda o constante no §1º do mesmo artigo, se o caso.

**3.7.1.2.** As quantidades das parcelas serão definidas e solicitadas durante a vigência da ata de registro de preços, considerando a necessidade e a disponibilidade orçamentária.

**3.7.1.3.** Poderá ser emitida nota de empenho estimativa por exercício financeiro, não havendo garantia de que todas as quantidades empenhadas serão efetivamente requisitadas.

**3.7.2.** Em caso de prorrogação da vigência da ata, será observado o que segue:

**3.7.2.1.** No Tribunal de Justiça de São Paulo, os preços registrados poderão ser reajustados com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores à data do orçamento estimado.

a) Para o órgão participante, o índice de reajuste de preços aplicável será indicado na respectiva minuta de Ata de Registro de Preços.

**3.7.2.2.** Nos termos do Provimento CSM nº 100/2024, art. 28, §3º, as quantidades registradas serão renovadas para o período de vigência prorrogado.

**3.7.3.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão efetivadas por meio de Autorização de Fornecimento.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

**4.1.** A aquisição pretende garantir os insumos de diferentes tipos de papel necessários para confecção de impressos pela Gráfica, como books da Presidência, cartilhas, folders, agendas, convites, certificados, cartões de visita para magistrados e magistradas, cartazes e livros.

**4.2.** As especificações dos papéis são determinadas de acordo com a necessidade e destinação de cada tipo de impresso utilizado/solicitado pelas unidades judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça de São Paulo e em especial pelos setores de Comunicação Social, EPM, Museu e E. Presidência.

**4.3.** A fundamentação completa da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar, que será publicado juntamente com o Edital de Licitação ou Aviso de Contratação Direta, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

#### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

**5.1.** As especificações completas e definição de quantidade de folhas por embalagem constam do **Anexo I-B** – Especificação Técnica deste Termo de Referência.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

### 6.1. Sustentabilidade

- 6.1.1. Será exigida a comprovação de que os fabricantes dos produtos ofertados estejam regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP. A comprovação será solicitada quando da avaliação das marcas propostas durante a sessão pública do pregão, podendo ser dispensada caso seja possível efetuar a consulta on line nos sites oficiais.

### 6.2. Especificação da Garantia Complementar (inc. III, § 1º, art. 40, da Lei nº 14.133/2021)

- 6.2.1. Não será exigida garantia complementar à legal.

### 6.3. Subcontratação

- 6.3.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a DETENTORA/CONTRATADA deverá executar diretamente todos os fornecimentos previstos no presente Termo de Referência.

### 6.4. Outros requisitos

- 6.4.1. As marcas indicadas deverão atender às especificações e exigências constantes neste Termo de Referência.

## 7. LOCAIS DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- 7.1. As entregas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deverão ser efetuadas na SAAB 2.3.2.3 – Seção de Gráfica, no seguinte endereço, mediante agendamento prévio:

**- SAAB 2.3.2.3 – Seção de Gráfica**

Rua Melo Peixoto, 311 - Tatuapé - São Paulo/SP - CEP: 03070-900

E-mail para agendamento: [grafica@tjsp.jus.br](mailto:grafica@tjsp.jus.br)

Tel.: (11) 3489-2932 (João Batista - Chefe de Seção) /2931 (Rosana)

- 7.2. O local de entrega relativo ao órgão participante Tribunal de Contas do Estado de São Paulo será no seguinte endereço:

**- Seção de Almoxarifado (DM-3)**

Rua 25 de Março, nº 69

Centro, em São Paulo - SP, CEP: 01021-000

## 8. PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO

- 8.1. Os materiais deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da Autorização de Fornecimento.

- 8.1.1.** Poderá ser concedido prazo adicional de até 30 (trinta) dias para finalização da entrega, mediante solicitação prévia formalizada pela DETENTORA/CONTRATADA, embasada em documentos e/ou justificativas que comprovem a necessidade. A solicitação poderá ser concedida ou não, conforme avaliação do(a) Gestor(a).

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

- 9.1.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá efetuar a entrega de acordo com as especificações deste Termo de Referência e seus anexos.
- 9.2.** Os produtos deverão ser embalados adequadamente, devendo a embalagem proporcionar proteção durante o transporte e a estocagem, garantindo sua integridade.
- 9.2.1.** Caso haja necessidade, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de substituição de alguma das marcas registradas, a DETENTORA/CONTRATADA deverá encaminhar solicitação e justificativas à Equipe de Gestão.
- 9.2.2.** Poderá ser solicitada complementação das justificativas e documentação apresentadas pela DETENTORA/CONTRATADA sempre que necessário.
- 9.2.3.** A Equipe de Gestão verificará se as novas marcas ofertadas atendem à especificação técnica e legislação competente, se o caso, conforme previsto no Edital e seus Anexos.
- 9.2.4.** Aprovadas as novas marcas, a Equipe de Gestão encaminhará à Diretora de Contratos o parecer para o respectivo apostilamento ou aditamento contratual.
- 9.2.5.** A Contratada/Detentora será responsável por todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

## **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

### **10.1. Área administrativas e/ou técnicas.**

- 10.1.1.** A gestão das atas de registro de preços será exercida por servidor(a), e seu(sua) respectivo(a) suplente, lotados(as) na Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial, designados(as) pela E. Presidência do TJSP, sendo auxiliados(as) por uma Equipe de Gestão.
- 10.1.1.1.** O(a) gestor(a) designará os(as) Fiscais Administrativo e do Contrato, e seus respectivos suplentes, notificando-os de suas designações e atribuições previstas nos artigos 76 e 77 do Provimento nº 2.724/2023.



**10.1.1.2.** A Equipe de Gestão será composta pelo Gestor(a), pelos(as) Fiscais e seus respectivos suplentes e demais servidores das seções de acompanhamento, se o caso.

**10.1.1.3.** A Equipe de Gestão efetuará a indicação de pedidos de parcela e acompanhará os saldos remanescentes da Ata.

**10.1.2.** A gestão e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidas nos termos dos Provimentos nº 100/2024 e CSM nº 2.724/2023, e observarão o cumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

**10.1.3.** Equipe de gestão indicada:

SETOR	NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
<b>GESTOR(A)</b>			
SAAB 2.3	Kelson Diniz do Nascimento	95.279	Gestor
SAAB 2.3.3	Mary Estela Del Negri Rodrigues	811.983	Suplente
<b>FISCAL ADMINISTRATIVO</b>			
SAAB 2.3.2	Rosana Pereira Marini	307.965	Fiscal Administrativo
SAAB 2.3.2	João Batista de Oliveira Ribeiro	110.913	Suplente
<b>FISCAL DO CONTRATO</b>			
SAAB 2.3.2	João Batista de Oliveira Ribeiro	110.913	Fiscal do Contrato
SAAB 2.3.2	Rosana Pereira Marini	307.965	Suplente

**10.1.3.1.** O órgão participante indicará sua equipe de gestão e fiscalização diretamente à DETENTORA quando da assinatura de sua(s) respectiva(s) Ata(s), considerando seus normativos internos.

## **10.2. Protocolo de comunicação**

**10.2.1.** As comunicações serão efetuadas preferencialmente por meio eletrônico, observados os prazos estabelecidos no art. 130 do Provimento nº 2.724/2023.

**10.2.1.1.** Além do e-mail do representante legal indicado na ata de registro de preços, a DETENTORA/CONTRATADA deverá indicar à Equipe de Gestão os telefones, e-mails e responsáveis pelo atendimento.

**10.2.1.2.** Os contatos efetuados por telefone terão a finalidade de agilizar a resolução de problemas pontuais que requeiram atuação imediata, devendo sempre que possível ser formalizados posteriormente por e-mail.

**10.2.1.3.** As reuniões entre a Equipe de Gestão e os(as) representantes da DETENTORA/CONTRATADA serão realizadas preferencialmente pelo aplicativo MS Teams, com gravação e posterior envio da memória de reunião por e-mail.

## **10.3. Recebimento Provisório**

**10.3.1.** O recebimento provisório será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos itens.

**10.3.1.1.** Quando do recebimento do material, o fiscal do contrato efetuará a conferência visual, verificando se o item está de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

**10.3.1.2.** Caso sejam constatadas irregularidades na entrega, o(a) responsável pelo recebimento poderá rejeitar o objeto, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação no mesmo local de entrega, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estabelecendo prazo compatível para atendimento a contar do recebimento da notificação.

#### **10.4. Recebimento Definitivo**

**10.4.1.** O recebimento definitivo será efetuado pelo(a) Fiscal de Contrato em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório.

**10.4.1.1.** O(a) Fiscal do Contrato efetuará a verificação do atendimento às obrigações contratuais e a conferência da nota fiscal, notificando a DETENTORA/CONTRATADA em caso de necessidade de correções.

#### **10.5. Condições de pagamento**

**10.5.1.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com indicação da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A. e das respectivas notas de empenho para pagamento.

**10.5.2.** A Nota Fiscal/Fatura será atestada definitivamente (atesto eletrônico) em até 3 (três) dias úteis após o Recebimento Definitivo;

**10.5.2.1.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada à SOF em 01 (um) dia útil contado do ateste definitivo.

**10.5.2.2.** Caso haja alguma informação incorreta na Nota Fiscal/Fatura que necessite de correção, o documento será devolvido à DETENTORA/CONTRATADA que deverá fazer as correções necessárias, reiniciando os prazos informados nos itens 10.4.1. e 10.5.2.

**10.5.3.** Nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

**10.5.4.** Os documentos serão enviados por meio eletrônico, ficando a critério do(a) Fiscal do Contrato solicitar a complementação ou esclarecimento de informações, conforme necessário.

**10.5.4.1.** A DETENTORA/CONTRATADA será comunicada para correção da Nota Fiscal/Fatura, com os devidos apontamentos, caso necessário.

**10.5.4.2.** A solicitação de correções em hipótese alguma servirá de pretexto para que a DETENTORA/CONTRATADA suspenda o fornecimento.

**10.5.5.** O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do ateste definitivo da Nota Fiscal/Fatura pelo(a) Fiscal de Contrato.

## **10.6. Acordo de nível de serviço**

**10.6.1.** Não se aplica, por se tratar de aquisição de bens.

## **10.7. Manutenção das condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual**

**10.7.1.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preços as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**10.7.2.** Semestralmente, a Equipe de Gestão solicitará à DETENTORA/CONTRATADA, a apresentação dos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação.

**10.7.2.1.** Caso haja necessidade, a Equipe de Gestão poderá solicitar o auxílio do Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC) para análise da documentação apresentada.

## **10.8. Hipótese de glosa**

**10.8.1.** Nos termos previstos no item 10.5.3, em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela em discussão será objeto de glosa.

**10.8.1.1.** Quando da comprovação ou cumprimento de exigência que comprove a resolução da controvérsia, a parcela glosada será liberada para pagamento.

**10.8.2.** As multas aplicadas, após o competente procedimento apuratório, poderão ser descontadas de pagamentos eventualmente devidos à DETENTORA/CONTRATADA.

## **10.9. Sanções Administrativas (Multa)**

**10.9.1.** Especificamente para esta contratação serão adotados os seguintes percentuais de multa a serem aplicadas na hipótese de descumprimento contratual:

Descrição	Base de Cálculo	Empresa enquadrada como ME/EPP	Empresa não enquadrada como ME/EPP
Atraso injustificado de até 30 dias na entrega dos produtos ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor da entrega em atraso ou do valor de compra do bem em garantia	0,25% ao dia sobre a base de cálculo (máximo de 7,5% em 30 dias)	0,5% ao dia sobre a base de cálculo (máximo de 15% em 30 dias)
Atraso injustificado superior a 30 dias na entrega dos produtos ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor da entrega em atraso ou do valor de compra do bem em garantia	15% de multa sobre a base de cálculo	20% de multa sobre a base de cálculo
Inexecução da entrega ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor das mercadorias não entregues ou do valor de compra do bem em garantia	25% de multa sobre a base de cálculo	30% de multa sobre a base de cálculo

- 10.9.2.** A aplicação das multas acima indicadas não exclui a aplicação de outras sanções previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.
- 10.9.3.** Nos casos em que não for possível mensurar o valor individual da obrigação descumprida, incidirá multa de 0,5% até 4% sobre o valor estabelecido no inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, a ser arbitrado a depender da gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- 10.9.4.** Caso o cálculo das multas, efetuado na forma do edital ou da ata de registro de preços, resulte em percentual inferior a 0,5% ou superior a 30% do valor total da contratação, o valor final da multa observará esses percentuais, nos termos do art. 156, §3º da Lei 14.133/2025.
- 10.9.5.** A aplicação das sanções será apurada mediante a instauração de processo administrativo apuratório, no qual serão garantidos à DETENTORA/CONTRATADA os direitos de defesa prévia e de recurso.
- 10.9.6.** Esgotadas as possibilidades administrativas, a cobrança da multa será efetuada judicialmente.

**10.10. Extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021)**

- 10.10.1.** A extinção do contrato obedecerá aos preceitos estabelecidos na Lei 14.133/2021, especialmente nos termos dos artigos 137 e seguintes, garantindo a observância rigorosa dos dispositivos legais pertinentes.
- 10.10.2.** As hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços estão previstas no Provimento nº 100/2024.
- 10.10.3.** Em caso de cancelamento da ata de registro de preços, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de fornecimento remanescente nos termos do art. 90, §7º da Lei nº 14.133/2021.

**11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

- 11.1.** O fornecedor será selecionado por meio de Pregão Eletrônico, nos termos do inciso I, do art. 28, da Lei nº 14.133/2021, pelo critério de menor preço.

**12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

- 12.1.** A estimativa do valor da contratação é de **R\$ 26.940,20** (vinte e seis mil novecentos e quarenta reais e vinte centavos) para o **lote 1**; **R\$ 4.380,00** (quatro mil trezentos e oitenta reais) para o **lote 2**; **R\$ 278.670,00** (duzentos e setenta e oito mil seiscentos e setenta reais) para o **lote 3**; **R\$ 242.108,00** (duzentos e quarenta e dois mil cento e oito reais) para o **lote 4**; **R\$ 195.936,00** (cento e noventa e cinco mil novecentos e trinta e seis reais) para o **lote 5**, totalizando **R\$ 748.034,20** (setecentos e quarenta e oito mil trinta e quatro reais e vinte centavos).

### 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

13.1. A adequação orçamentária está demonstrada no item 16.8 do Edital.

### 14. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021)

14.1. Tendo em vista que o art. 96 da Lei nº 14.133/2021 versa sobre garantia nas contratações, entende-se não ser aplicável a exigência de garantia (caução) em atas de registro de preços, uma vez que a Administração não está obrigada a contratar, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Além disso, a exigência de garantia (caução) na ARP poderia refletir em aumento dos preços ofertados, em valores desproporcionais às efetivas contratações decorrentes da ata, uma vez que não é possível estabelecer de antemão uma base de cálculo exata.

### 15. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

15.1. Qualificação Técnico-Profissional (inc. I, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

15.1.1. Não se aplica.

15.2. Qualificação Técnico-Operacional (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

15.2.1. Para comprovação da qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

15.2.1.1. Atestado(s) passado(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante executado ou estar executando a contento, o fornecimento de papéis, nas quantidades a seguir indicadas:

Lote	Descrição	Quantidade total a registrar (fls)	Qtd. exigida de folhas	%
3	Papéis reciclados	200.500	64.575	32,21%
4	Papéis couché	178.900	56.350	31,50%
5	Papéis offset	223.500	67.200	30,07%

15.2.1.2. Para efeito de comprovação será admitido o somatório de atestados e/ou declarações que se enquadrem no previsto no item 15.2.1.1.

15.2.1.3. Para os lotes 1 e 2 não serão exigidos atestados de capacidade técnica, tendo em vista que os itens não atingem o percentual de relevância mínimo de 4% em relação ao valor estimado da contratação, nos termos do art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021.

**15.3.** Indicação de pessoal técnico (inc. III, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

**15.3.1.** Não se aplica.

**16. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA/CONTRATADA**

**16.1.** A DETENTORA/CONTRATADA obriga-se a:

- 16.1.1.** Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- 16.1.2.** Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários, resultantes deste Registro de Preço, além de outros que, direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenham vinculação com a realização do fornecimento, objeto deste ajuste;
- 16.1.3.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preço;
- 16.1.4.** Comunicar à Equipe de Gestão, com antecedência, caso ocorra qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos;
- 16.1.5.** Fornecer o objeto em condições adequadas de uso e nos prazos definidos;
- 16.1.6.** Efetuar as entregas até a capacidade de fornecimento declarada na Proposta (total registrado);
- 16.1.7.** Suportar as despesas inerentes à logística, transporte, tributos, seguros de equipamentos, materiais e pessoal, inclusive de hospedagem e alimentação se houver;
- 16.1.8.** Zelar para que seus(suas) representantes, que terão acesso ao local de entrega, estejam uniformizados e devidamente identificados;
- 16.1.9.** Efetuar a reposição de qualquer material danificado durante o processo de logística, entrega e assistência técnica, obedecendo sempre às especificações originais;
- 16.1.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, conforme item 10.2.

**16.2.** O CONTRATANTE obriga-se a:

- 16.2.1.** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento;
- 16.2.2.** Comunicar à DETENTORA/CONTRATADA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos;

- 16.2.3.** Prestar à DETENTORA/CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- 16.2.4.** Supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo das responsabilidades da DETENTORA/CONTRATADA;
- 16.2.5.** Permitir amplo e livre acesso às localidades para entrega dos itens, observando as normas internas de segurança.

## **17. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)**

- 17.1.** Considerando o Plano de Riscos elaborado para esta contratação, não foi identificada a necessidade de inclusão de Matriz de Alocação de Riscos neste Termo de Referência.



## ANEXO I-A - QUANTIDADES

Ata de Registro de Preços - Aquisição de Papéis

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO (TJ)	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE DE FOLHAS POR PACOTE	QUANTIDADE A REGISTRAR DE PACOTES - TJSP	QUANTIDADE A REGISTRAR DE PACOTES - TCESP	TOTAL A REGISTRAR DE PACOTES
1	1	16.0152	Papel cartolina simples 240 gr/m <sup>2</sup> Cor verde – 50x66cm	100	60	5	65
	2	16-0094	Cartão triplex 300 g/m <sup>2</sup> - 77 x 113 cm - branco	100	40	-	40
2	1	16-0222	Papel autocopiativo branco 66x96cm	250	12	-	12
3	1	42.0014	Papel reciclado 120 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	250	60	4	64
	2	42.0015	Papel reciclado 180 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	125	144	8	152
	3	42.0030	Papel reciclado 75gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	500	264	4	268
	4	42.0032	Papel reciclado 240 gr/m <sup>2</sup> 66x96cm	125	240	12	252
4	1	42.0035	Papel couche 115 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	250	120	12	132
	2	42.0037	Papel couche 150 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	100	120	20	140
	3	42.0044	Papel couche 210 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	100	36	3	39
	4	42.0045	Papel couchê 90 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	250	432	40	472
	5	42-0060	Papel couché fosco 300 g/m <sup>2</sup> - 66x96 cm	100	100	-	100
5	1	16.0008	Papel offset 75 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	500	384	-	384
	2	42.0034	Papel off-set 240 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	100	54	6	60
	3	42.0047	Papel offset 90 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	250	40	1	41
	4	42.0053	Papel off-set 120 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	250	60	1	61

## ANEXO I-B

### ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

##### 1.1. Lote 1:

**1.1.1. Item 1: Papel Cartolina Simples 240 g/m² verde, com as seguintes características:**

**1.1.1.1.** Papel cartolina simples, confeccionado em celulose, fosco, largura: 50 cm, comprimento: 66 cm, gramatura: 240 g/m², cor: verde, embalado em pacote com 100 folhas.

**Nosso Código: 16.0152**

**Quantidade a registrar: 65 pacotes**

**1.1.2. Item 2: Cartão triplex 300 g/m² - 77 cm x 113 cm – branco, com as seguintes características:**

**1.1.2.1.** Cartão triplex 300g/m², formato 77 cm x 113 cm, fibra longitudinal, cor branca, embalado em pacote com 100 folhas.

**Nosso Código: 16.0094**

**Quantidade a registrar: 40 pacotes**

##### 1.2. Lote 2:

**1.2.1. Item 1: Papel autocopiativo branco, 66 cm x 96 cm, com as seguintes características:**

**1.2.1.1.** Papel autocopiativo tipo cb, para impressão de 1ª via, medindo 66 cm x 96 cm, pesando de 53 a 56 g/m², cor branca, embalado em pacote com 250 folhas.

**Nosso Código: 16.0222**

**Quantidade a registrar: 12 pacotes**

### 1.3. Lote 3:

#### 1.3.1. Item 1: Papel reciclado 120 g/m<sup>2</sup> - 66 cm x 96 cm, com as seguintes características:

**1.3.1.1.** Papel reciclado alcalino, na gramatura de 120 g/m<sup>2</sup>, formato 66 cm x 96 cm, fibra longitudinal, produzido com 100% de material reciclado (composto com no mínimo de 25 a 30% de aparas pós-consumo e 70 a 75% de aparas pré-consumo), embalado em pacote com 250 folhas.

**Nosso Código: 42.0014**

**Quantidade a registrar: 64 pacotes**

#### 1.3.2. Item 2: Papel off-set reciclado 180 g/m<sup>2</sup> - 66 cm x 96 cm, com as seguintes características:

**1.3.2.1.** Papel offset alcalino, fibra longitudinal, produzido com 100% de material reciclado (composto com no mínimo 25 a 30% de aparas pós-consumo), formato 66 cm x 96 cm, embalado em pacote com 125 folhas.

**Nosso Código: 42.0015**

**Quantidade a registrar: 152 pacotes**

#### 1.3.3. Item 3: Papel reciclado 75 g/m<sup>2</sup> - 66 cm x 96 cm, com as seguintes características:

**1.3.3.1.** Papel reciclado gramatura 75 g/m<sup>2</sup>, cor natural, formato 66 cm x 96 cm, espessura uniforme, produzido com material 100% reciclado sendo, no mínimo de 25% a 30% de aparas pós - consumo e 70% a 75% de aparas pré consumo, umidade entre 3,5% (+/- 1,0), conforme norma Tappi, embalado em pacote com 500 folhas.

**Nosso Código: 42.0030**

**Quantidade a registrar: 268 pacotes**

#### 1.3.4. Item 4: Papel reciclado Cartolina 240 g/m<sup>2</sup> - 66 cm x 96cm, com as seguintes características:

**1.3.4.1.** Papel alcalino, reciclado, cor natural, na gramatura de 240 g/m<sup>2</sup>, formato 66 cm x 96 cm, fibra longitudinal, produzido com 100% de material reciclado (composto por, no mínimo de 25 a 30% de aparas pós-consumo e 70 a 75% de aparas pré-consumo), mesma lisura em ambas as faces, embalado em pacote com 125 folhas.

**Nosso Código: 42.0032**

**Quantidade a registrar: 252 pacotes**

#### 1.4. LOTE 4:

**1.4.1. Item 1: Papel couchê fosco – 66 cm x 96 cm - 115 g/m<sup>2</sup>, com as seguintes características:**

**1.4.1.1.** Papel tipo couchê; branco fosco, fibra longitudinal, medindo 66 cm x 96 cm, pesando 115 g/m<sup>2</sup>, embalado em pacote com 250 folhas.

**Nosso Código: 42.0035**

**Quantidade a registrar: 132 pacotes**

**1.4.2. Item 2: Papel couchê fosco – 66 cm x 96 cm - 150 g/m<sup>2</sup>, com as seguintes características:**

**1.4.2.1.** Papel tipo couchê, branco fosco, fibra longitudinal, medindo 66 cm x 96 cm, pesando 150 g/m<sup>2</sup>, embalado em pacote com 100 folhas.

**Nosso Código: 42.0037**

**Quantidade a registrar: 140 pacotes**

**1.4.3. Item 3: Papel couchê fosco – 66 cm x 96 cm - 210 g/m<sup>2</sup>, com as seguintes características:**

**1.4.3.1.** Papel tipo couchê, branco fosco, fibra longitudinal, medindo 66 cm x 96 cm, pesando 210 g/m<sup>2</sup>, embalado em pacote com 100 folhas.

**Nosso Código: 42.0044**

**Quantidade a registrar: 39 pacotes**

**1.4.4. Item 4: Papel couchê fosco – 66 cm x 96 cm - 90 g/m<sup>2</sup>, com as seguintes características:**

**1.4.4.1.** Papel tipo couchê, branco fosco, fibra longitudinal, medindo 66 cm x 96 cm, pesando 90 g/m<sup>2</sup>, embalado em pacote com 250 folhas.

**Nosso Código: 42.0045**

**Quantidade a registrar: 472 pacotes**

**1.4.5. Item 5: Papel couchê fosco – 66 cm x 96 cm – 300 g/m<sup>2</sup>, com as seguintes características:**

**1.4.5.1.** Papel tipo couchê, branco fosco, fibra longitudinal, medindo 66x96 cm, com gramatura 300 g/m<sup>2</sup>, embalado em pacote com 100 folhas.

**Nosso Código: 42.0060**

**Quantidade a registrar: 100 pacotes**

### 1.5. Lote 5:

#### 1.5.1. Item 1: Papel offset 75g/m<sup>2</sup> - 66 cm x 96 cm, com as seguintes características:

1.5.1.1. Papel offset alcalino, na gramatura de 75g/m<sup>2</sup>, formato 66 cm x 96 cm, cor branca, fibra longitudinal. Acondicionamento: embalagem original de fábrica com identificação e quantidade do material, embalado em pacote com 500 folhas.

**Nosso Código: 16.0008**

**Quantidade a registrar: 384 pacotes**

#### 1.5.2. Item 2: Papel offset, 240 g/m<sup>2</sup>, 66 cm x 96 cm, com as seguintes características:

1.5.2.1. Papel offset alcalino, na gramatura de 240g/m<sup>2</sup>, fibra longitudinal, formato 66 cm x 96 cm, cor: branca, embalado em pacote com 100 folhas.

**Nosso Código: 42.0034**

**Quantidade a registrar: 60 pacotes**

#### 1.5.3. Item 3: Papel offset, 90 g/m<sup>2</sup>, 66 cm x 96 cm, com as seguintes características:

1.5.3.1. Papel offset alcalino, na gramatura de 90g/m<sup>2</sup>, fibra longitudinal, formato 66 cm x 96 cm, cor: branca, embalado em pacote com 250 folhas.

**Nosso código: 42.0047**

**Quantidade a registrar: 41 pacotes**

#### 1.5.4. Item 4: Papel offset, 120 g/m<sup>2</sup>, 66 cm x 96 cm, com as seguintes características:

1.5.4.1. Papel offset alcalino, gramatura de 120g/m<sup>2</sup>, fibra longitudinal, formato 66 cm x 96 cm, cor: branca, embalado em pacote com 250 folhas.

**Nosso código: 42.0053**

**Quantidade a registrar: 61 pacotes**

## 2. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

2.1. Será exigida a comprovação de que os fabricantes dos produtos ofertados estejam regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP. A comprovação será solicitada quando da avaliação das marcas propostas durante a sessão pública do pregão, podendo ser dispensada caso seja possível efetuar a consulta on line nos sites oficiais.

ANEXO I-C - MODELO DE PROPOSTA

Ata de Registro de Preços para aquisição de papéis utilizados pela Gráfica para confecção de impressos

O LICITANTE DEVE PREENCHER A PROPOSTA REFERENTE AO(S) LOTE(S) EM QUE ESTÁ PARTICIPANDO

DADOS DA EMPRESA												
CNPJ												
Razão Social												
Endereço												
Email												
Validade da proposta		Telefone										

LOTE 1												
Item	CÓDIGO DO PRODUTO (TJ)	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE DE FOLHAS POR PACOTE	MARCA	QUANTIDADE A REGISTRAR- TJSP EM PACOTES (A)	QUANTIDADE A REGISTRAR- TCESP EM PACOTES (B)	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR EM PACOTES (C=A+B)	VALOR UNITÁRIO PROPOSTA POR PACOTE (D)	VALOR TOTAL TJSP (E=A*D)	VALOR TOTAL TCESP (F=B*D)	VALOR TOTAL PROPOSTA (G=E+F)	VALOR DE REDUÇÃO UNITÁRIO ENTRE OS LANCES (R\$)
1	16.0152	Papel cartolina simples 240 g/m² Cor verde – 50x66cm	100		60	5	65		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
2	16-0094	Cartão triplex 300 g/m² - 77 x 113 cm - branco	100		40	-	40		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
								VALOR TOTAL PROPOSTA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	

LOTE 2												
Item	CÓDIGO DO PRODUTO (TJ)	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE DE FOLHAS POR PACOTE	MARCA	QUANTIDADE A REGISTRAR- TJSP EM PACOTES (A)	QUANTIDADE A REGISTRAR- TCESP EM PACOTES (B)	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR EM PACOTES (C=A+B)	VALOR UNITÁRIO PROPOSTA POR PACOTE (D)	VALOR TOTAL TJSP (E=A*D)	VALOR TOTAL TCESP (F=B*D)	VALOR TOTAL PROPOSTA (G=E+F)	VALOR DE REDUÇÃO UNITÁRIO ENTRE OS LANCES (R\$)
1	16-0222	Papel autocopiativo branco 66x96cm	250		12	-	12		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
								VALOR TOTAL PROPOSTA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	

LOTE 3												
Item	CÓDIGO DO PRODUTO (TJ)	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE DE FOLHAS POR PACOTE	MARCA	QUANTIDADE A REGISTRAR- TJSP EM PACOTES (A)	QUANTIDADE A REGISTRAR- TCESP EM PACOTES (B)	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR EM PACOTES (C=A+B)	VALOR UNITÁRIO PROPOSTA POR PACOTE (D)	VALOR TOTAL TJSP (E=A*D)	VALOR TOTAL TCESP (F=B*D)	VALOR TOTAL PROPOSTA (G=E+F)	VALOR DE REDUÇÃO UNITÁRIO ENTRE OS LANCES (R\$)
1	42.0014	Papel reciclado 120 g/m² - 66x96cm	250		60	4	64		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
2	42.0015	Papel reciclado 180 g/m² - 66x96cm	125		144	8	152		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
3	42.0030	Papel reciclado 75 g/m² - 66x96cm	500		264	4	268		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
4	42.0032	Papel reciclado 240 g/m² 66x96cm	125		240	12	252		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
								VALOR TOTAL PROPOSTA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	

LOTE 4												
Item	CÓDIGO DO PRODUTO (TJ)	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE DE FOLHAS POR PACOTE	MARCA	QUANTIDADE A REGISTRAR- TJSP EM PACOTES (A)	QUANTIDADE A REGISTRAR- TCESP EM PACOTES (B)	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR EM PACOTES (C=A+B)	VALOR UNITÁRIO PROPOSTA POR PACOTE (D)	VALOR TOTAL TJSP (E=A*D)	VALOR TOTAL TCESP (F=B*D)	VALOR TOTAL PROPOSTA (G=E+F)	VALOR DE REDUÇÃO UNITÁRIO ENTRE OS LANCES (R\$)
1	42.0035	Papel couchê 115 g/m² - 66x96cm	250		120	12	132		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
2	42.0037	Papel couchê 150 g/m² - 66x96cm	100		120	20	140		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
3	42.0044	Papel couchê 210 g/m² - 66x96cm	100		36	3	39		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
4	42.0045	Papel couchê 90 g/m² - 66x96cm	250		432	40	472		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
5	42-0060	Papel couchê fosco 300 g/m²- 66x96 cm	100		100	-	100		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
								VALOR TOTAL PROPOSTA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	

LOTE 5												
Item	CÓDIGO DO PRODUTO (TJ)	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE DE FOLHAS POR PACOTE	MARCA	QUANTIDADE A REGISTRAR- TJSP EM PACOTES (A)	QUANTIDADE A REGISTRAR- TCESP EM PACOTES (B)	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR EM PACOTES (C=A+B)	VALOR UNITÁRIO PROPOSTA POR PACOTE (D)	VALOR TOTAL TJSP (E=A*D)	VALOR TOTAL TCESP (F=B*D)	VALOR TOTAL PROPOSTA (G=E+F)	VALOR DE REDUÇÃO UNITÁRIO ENTRE OS LANCES (R\$)
1	16.0008	Papel offset 75 g/m² - 66x96cm	500		384	-	384		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
2	42.0034	Papel offset 240 g/m² - 66x96cm	100		54	6	60		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
3	42.0047	Papel offset 90 g/m² - 66x96cm	250		40	1	41		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
4	42.0053	Papel offset 120 g/m² - 66x96cm	250		60	1	61		R\$ -	R\$ -	R\$ -	1,00
								VALOR TOTAL PROPOSTA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	

- Observações:
- 1) Validade da proposta: 60 dias (Item 3.6.1 do TR)
  - 2) Prazo de entrega: 30 (trinta) dias corridos (Item 8 do TR)
  - 3) Prazo de pagamento: 30 (trinta) dias após o ateste da Nota Fiscal (Item 10.5.5 do TR)
  - 5) Conta do Banco do Brasil para pagamento (Item 10.5.1 TR)
  - 6) Os valores unitários deverão ter, no máximo, 2 casas decimais.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

Identificação e assinatura: \_\_\_\_\_  
Assinatura





## ANEXO II DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Rua Direita, 250 - 23º andar - Sé  
São Paulo - Capital

### REFERÊNCIAS:

**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Processo:** 2026/009110  
**Pregão Eletrônico nº:** 90016/2026  
**Tipo:** Menor Preço  
**Data da Abertura da Sessão Pública:** 29/05/2026 - **Horário:** 11:00

[razão social], CNPJ nº [número do CNPJ], endereço [endereço completo], por seu/sua representante legal, [nome do(a) representante], CPF nº [número do CPF], para todos os fins legais estabelecidos para fins da presente licitação, declaro que a empresa:

- 1) atende em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097/2000 (*Lei do Aprendiz*).
- 2) atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas (*inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021*).
- 3) estar enquadrada como:  
☐ Microempresa (ME);  
☐ Empresa de pequeno porte (EPP);  
☐ sociedade cooperativa;  
☐ Outras.
- 4) inexistente em seu quadro societário ou cônjuges, de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membros ou juízes vinculados ao TJSP, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.
- 5) possui ou providenciará a abertura de conta corrente no Banco do Brasil, antes da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, para realização do pagamento, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual nº 62.867/2017.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

**OBSERVAÇÃO:** esta declaração deverá ser enviada por meio eletrônico, nos termos do subitem 6.7.8.1 do Edital, quando solicitada pelo(a) pregoeiro(a) e apenas para a vencedora da licitação.

## ANEXO III

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

O presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS rege a divulgação de informações entre a EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, \_\_\_\_\_, estabelecida(o) a \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_, inscrita(o) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada(o) por \_\_\_\_\_ ao final assinado, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Praça da Sé s/nº, Centro, São Paulo, SP, CEP 01018-010, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado TJSP, neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, o qual, a partir do reconhecimento deste ato, dá conhecimento e estabelece as regras de confidencialidade e de proteção de dados a serem observadas pelas partes:

1. A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE DECLARA e compromete-se:
  - a) A cumprir rigorosamente as normas regulamentares sobre a utilização dos meios e infraestrutura, bem como as diretrizes estipuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), mantendo a confidencialidade em relação a toda a documentação e à coleta de dados pessoais (sensíveis ou não) indispensáveis à prestação do serviço, se houver. Os dados assim coletados, bem como os dados pessoais sensíveis, somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados nesta ata de registro de preços, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 8º, § 1º e art. 11, incisos I e II, da LGPD, qual seja (especificar) \_\_\_\_\_ e, em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins. Não haverá a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (inciso I do art. 6º da LGPD), bem como serão consideradas nulas as autorizações genéricas (§ 4º do art. 8º da Lei nº 13.709, 2018). A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, nos termos do art. 7º, § 5º, da LGPD, obriga-se a obter o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a disponibilização dos dados ao TJSP assim o requerer. Em se tratando de dados disponibilizados pelo TJSP à EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, o Tribunal obterá o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a lei assim o requerer, após solicitação da EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE;
  - b) A armazenar os dados obtidos em razão dessa ata de registro de preços em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com transparente identificação do perfil dos credenciados, garantindo-se a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer tempo, de desvios e falhas, vedado seu compartilhamento com terceiros;

- c) Não divulgar as informações obtidas nas atividades exercidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, exceto quando expressamente autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
  - d) Não permitir que qualquer pessoa manuseie qualquer documento físico ou eletrônico que componha ou tenha resultado de atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), exceto se devidamente autorizada;
  - e) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
2. DECLARA AINDA CIÊNCIA de que:
- f) Qualquer divulgação oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário da Parte Divulgadora quando da divulgação;
  - g) Dará conhecimento formal aos seus empregados, representantes, prepostos, consultores ou qualquer terceiro que tenha conhecimento da presente contratação, das obrigações e condições acordadas neste item, bem como da Política de Privacidade do TJSP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais (sensíveis ou não) de que trata a presente cláusula, responsabilizando-se por toda e qualquer operação realizada em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
  - h) As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inerentes ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por sua vez, é reservada a prerrogativa de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam dados ou informações cuja perda ou vazamento possa trazer graves implicações ao Tribunal de Justiça ou consequências administrativas, civis ou criminais aos responsáveis por sua violação, notadamente por meio do representante especialmente designado, a que se refere o art. 117 da Lei 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos);
  - i) Encerrada a vigência da ata de registro de preços ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE providenciará seu descarte de forma segura, comunicando o TJSP;

- j) A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE deverá comunicar ao TJSP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais sensíveis ou não, a fim de viabilizar a adoção das providências devidas;
- k) As partes se comprometem a adotar as melhores práticas de Proteção de Dados, conforme Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
- l) O TJSP deverá, considerando os meios tecnológicos disponíveis e adequados às suas atividades, a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos, adotar medidas físicas e lógicas, de caráter técnico e organizacional, a fim de prover a confidencialidade e a segurança de seus dados, evitar sua alteração, perda, subtração ou acesso não autorizado, bem como a violação da privacidade dos sujeitos titulares dos dados;
- m) O descumprimento das obrigações relacionadas à confidencialidade e à segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas, na presente ata de registro de preços. Desse modo, as partes responderão administrativa e judicialmente, e, em solidariedade com os agentes de tratamento, estes conceituados nos incisos VI, VII e VIII do art. 5ª da Lei nº 13.709/2018, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD, conforme previsto em seu art. 42, § 1º, inciso I;
- n) O presente Acordo somente poderá ser alterado mediante consentimento mútuo e Aditamento por escrito, assinado por ambas as partes. As obrigações de confidencialidade contidas no presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS se perpetuarão por tempo indeterminado, independente do término da vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
(Assinado Digitalmente)

**EMPRESA DETENTORA DA ATA**  
(Assinado Digitalmente)

**EMPRESA ADERENTE**  
(Assinado Digitalmente)

## Catálogo - Itens selecionados

Sequencial	ID	Nome	Tipo	Unidade Medida	NCM/NBS	Margem Preferencia
1	254974	Cartolina Material: Celulose Vegetal, Gramatura: 240G/M2, Comprimento: 660MM, Largura: 500MM, Cor: Azul Claro	MATERIAL	Unidade		false
2	626240	Papel Triplex Material: Celulose Vegetal, Gramatura: 300G/M2, Formato: 290 X 415MM, Aplicação: Gráfica, Cor: Branca, Características Adicionais: Alcalino Do Tipo Off-Sete, Ph Acima De 7,5	MATERIAL	Folha		false
3	288201	Papel Autocopiativo Material: Celulose Vegetal, Gramatura: 55G/M2, Cor: Branca, Comprimento: 96CM, Largura: 66CM, Características Adicionais: Cb, Clean Copy	MATERIAL	Unidade		false
4	320489	Papel Pardo Material: Celulose Vegetal, Tipo Papel: Reciclado, Comprimento: 96CM, Largura: 66CM, Gramatura: 80G/M2	MATERIAL	Unidade		false
5	461762	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Reciclado, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 180G/M2, Cor: Natural	MATERIAL	Folha		false
6	470383	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Reciclado, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 75G/M2, Cor: Colorido	MATERIAL	Folha		false
7	461763	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Reciclado, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 240G/M2, Cor: Natural	MATERIAL	Folha		false
8	464722	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Couchê, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 115G/M2, Cor: Branco	MATERIAL	Folha		false
9	461792	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Couchê, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 150G/M2, Cor: Branco	MATERIAL	Folha		false
10	470382	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Couchê, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 210G/M2, Cor: Branco	MATERIAL	Folha		false
11	461776	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Couchê, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 90G/M2, Cor: Branco, Característica Adicional: Acabamento Fosco / Matte	MATERIAL	Folha		false

12	464721	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Couchê, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 300G/M2, Cor: Branco	MATERIAL	Folha	false
13	461798	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Offset, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 75G/M2, Cor: Branco, Característica Adicional: Fibra Longitudinal	MATERIAL	Folha	false
14	461870	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Sulfite/Apergaminhado/Ofício, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 240G/M2, Cor: Branco	MATERIAL	Folha	false
15	461812	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Offset, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 90G/M2, Cor: Branco	MATERIAL	Folha	false
16	461797	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Offset, Tamanho (C X L): 960 X 660MM, Gramatura: 120G/M2, Cor: Branco, Característica Adicional: Fibra Longitudinal	MATERIAL	Folha	false



Nº do processo: 2026/00009110

Nº compra: 0011/2026

Critério de julgamento: Provimento CSM nº 2724/2023

Composição do preço: Não excluir valores

Objeto: Aquisição de papéis diversos utilizados pela Gráfica do TJSP na confecção de impressos.

Condições de pagamento:

Garantia/validade mínima:

Validade da proposta:

Data da pesquisa: 30/01/2026

Órgão	Sector origem	Nº pedido/ano	Classificação econômica
TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	SAAB 2.3.2.3 - Seção de Gráfica	0000004/2025	Despesa

Empresas que apresentaram preços	CPF/CNPJ	Contato	Telefone	E-mail	Validade prop.	Data envio prop.
P001 - BANCO DE PREÇOS - COTAÇÃO DE PREÇOS						
P002 - Compras.gov.br						
P003 - Outras fontes - ETP						
P004 - OUTRAS FONTES - PREÇOS DE REFERÊNCIA						
P005 - PNCP						

## Valores a licitar

## Lote 1 - Papel cartão

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	P001	P002	P003	P004	P005
0001	16.0152	Papel Cartolina Simples 240 g/m² verde	CENTO	60		1024710	2,35		2,20	245,67	2,82
0002	16.0094	Cartão triplex 300 g/m² - 77 x 113 cm - branco	CENTO	40		6154204	3,00	4,10	2,00	305,00	3,10
Valor total da proposta por participante:							261,00	164,00	212,00	26.940,20	293,20

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	Referência	Total
0001	16.0152	Papel Cartolina Simples 240 g/m² verde	CENTO	60		1024710	245,67	14.740,20
0002	16.0094	Cartão triplex 300 g/m² - 77 x 113 cm - branco	CENTO	40		6154204	305,00	12.200,00
Valor total da proposta por participante:							550,67	26.940,20

## Lote 2 - Papel autocopiativo

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	P001	P002	P003	P004	P005
0001	16.0222	Papel autocopiativo branco, 66 x 96 cm	PCT 250FLS	12		1889605	1,48		1,45	365,00	13,70
Valor total da proposta por participante:							17,76	0,00	17,40	4.380,00	164,40





Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	Referência	Total
0001	16.0222	Papel autocopiativo branco, 66 x 96 cm	PCT 250FLS	12		1889605	365,00	4.380,00
Valor total da proposta por participante:							365,00	4.380,00

**Lote 3 - Papel reciclado**

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	P001	P002	P003	P004	P005
0001	42.0014	Papel reciclado 120 g/m2 - 66cm x 96cm	PACOTE	60		6338135	2,15	1,67	1,26	397,50	1,29
0002	42.0015	Papel offset reciclado 180 g/m2 - 66cm x 96cm	PACOTE	144		1306162	2,50	2,23	2,02	292,50	2,60
0003	42.0030	papel reciclado 75 gr/m² - 66 x 96 cm.	PACOTE	264		4459903	1,37	0,76	0,74	500,00	1,14
0004	42.0032	Papel reciclado Cartolina 240 g/m² - 66 cm x 96cm	PACOTE	240		6250165	2,74		2,50	336,25	2,84
Valor total da proposta por participante:							1.508,28	621,96	1.161,84	278.670,00	1.434,36

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	Referência	Total
0001	42.0014	Papel reciclado 120 g/m2 - 66cm x 96cm	PACOTE	60		6338135	397,50	23.850,00
0002	42.0015	Papel offset reciclado 180 g/m2 - 66cm x 96cm	PACOTE	144		1306162	292,50	42.120,00
0003	42.0030	papel reciclado 75 gr/m² - 66 x 96 cm.	PACOTE	264		4459903	500,00	132.000,00
0004	42.0032	Papel reciclado Cartolina 240 g/m² - 66 cm x 96cm	PACOTE	240		6250165	336,25	80.700,00
Valor total da proposta por participante:							1.526,25	278.670,00

**Lote 4 - Papel couché**

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	P001	P002	P003	P004	P005
0001	42.0035	Papel couche fosco - 66x96 cm - 115 gr/m²	PCT 250	120		3665267	3,19	5,04	1,35	472,50	1,12
0002	42.0037	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 150 g/m²	PCT 100	120		2778408	1,50		1,25	159,00	2,01
0003	42.0044	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 210 g/m²	CENTO	36		5321840	2,47		2,43	363,00	6,00
0004	42.0045	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 90 g/m²	PCT	432		6428428	1,16		0,82	267,50	1,23





Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	P001	P002	P003	P004	P005
0005	42.0060	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 300 g/m²	CENTO	100		6136427	3,98		3,00	377,00	4,33
Valor total da proposta por participante:							1.550,84	604,80	1.053,72	242.108,00	1.555,96

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	Referência	Total
0001	42.0035	Papel couche fosco - 66x96 cm - 115 gr/m²	PCT 250	120		3665267	<b>472,50</b>	56.700,00
0002	42.0037	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 150 g/m²	PCT 100	120		2778408	<b>159,00</b>	19.080,00
0003	42.0044	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 210 g/m²	CENTO	36		5321840	<b>363,00</b>	13.068,00
0004	42.0045	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 90 g/m²	PCT	432		6428428	<b>267,50</b>	115.560,00
0005	42.0060	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 300 g/m²	CENTO	100		6136427	<b>377,00</b>	37.700,00
Valor total da proposta por participante:							1.639,00	<b>242.108,00</b>

## Lote 5 - Papel offset

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	P001	P002	P003	P004	P005
0001	16.0008	Papel offset 75gr/m2 - 66 x 96 cm.	PACOTE	384		1306111	0,95		0,55	405,00	0,92
0002	42.0034	Papel offset, 240 g/m², 66 x 96 cm	PACOTE	54		1306170	2,14	2,62	1,81	254,00	3,60
0003	42.0047	Papel offset, 90 g/m², 66 x 96 cm	PCT 250 FLS	40		4855965	1,46		0,68	255,00	0,92
0004	42.0053	Papel offset, 120 g/m², 66 x 96 cm	PCT	60		1306146	1,39		1,01	275,00	0,90
Valor total da proposta por participante:							622,16	141,48	396,74	195.936,00	638,48

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	Referência	Total
0001	16.0008	Papel offset 75gr/m2 - 66 x 96 cm.	PACOTE	384		1306111	<b>405,00</b>	155.520,00
0002	42.0034	Papel offset, 240 g/m², 66 x 96 cm	PACOTE	54		1306170	<b>254,00</b>	13.716,00
0003	42.0047	Papel offset, 90 g/m², 66 x 96 cm	PCT 250 FLS	40		4855965	<b>255,00</b>	10.200,00
0004	42.0053	Papel offset, 120 g/m², 66 x 96 cm	PCT	60		1306146	<b>275,00</b>	16.500,00
Valor total da proposta por participante:							1.189,00	<b>195.936,00</b>

Valor total da licitação								<b>748.034,20</b>
--------------------------	--	--	--	--	--	--	--	-------------------

**Nº do processo:** 2026/00009110**Nº compra:** 0011/2026**Critério de julgamento:** Provimento CSM nº 2724/2023**Composição do preço:** Não excluir valores**Objeto:** Aquisição de papéis diversos utilizados pela Gráfica do TJSP na confecção de impressos.**Condições de pagamento:****Garantia/validade mínima:****Validade da proposta:****Data da pesquisa:** 30/01/2026

Órgão	Setor origem	Nº pedido/ano	Classificação econômica
TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	SAAB 2.3.2.3 - Seção de Gráfica	0000004/2025	Despesa

**Informações do contrato****Nº Pedido:** 0000004/2025**Tipo de contratação:** Licitação**Existe contrato vigente para o objeto:** Não**Objeto deste pedido está inserido na Proposta Orçamentária Setorial(POS) vigente?** Sim



## Relatório de Pesquisa de Preços<sup>i</sup>

Instrução Normativa TJSP nº 006/2024

Nº Processo: 2026/9110

### 1. Objeto (inc. I do art. 3º)

Registro de Preços para aquisição de papéis diversos utilizados pela Gráfica do Tribunal de Justiça de São Paulo na confecção de impressos.

### 2. Caracterização das fontes consultadas (inc. III do art. 3º)

Fonte	Descrição	Fls.
Banco de Preços (inc. I e II do art. 4º)	Plataforma contratada pelo TJSP para facilitar a pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública.	118 a 185
Compras.Gov (inc. I e II do art. 4º)	Ferramenta do Governo Federal que disponibiliza dados e informações de compras públicas.	186 a 215
PNCP (inc. I e II do art. 4º)	Portal Nacional de Contratações Públicas – sítio oficial em que estão publicadas as informações sobre as contratações públicas.	216 a 252
TJSP (inc. II do art. 4º)	Não foram utilizados dados de Contratações similares do próprio Tribunal de Justiça.	Não se aplica
Mídia especializada (inc. III do art. 4º)	Não foi utilizado dado de pesquisa publicada em mídia especializada/tabela de referência.	Não se aplica
Pesquisa direta com fornecedor (inc. IV do art. 4º)	Não houve pesquisa direta com fornecedores privados.	Não se aplica
Base Nacional de Notas Fiscais (inc. V do art. 4º)	Não foram utilizados dados de pesquisas da base Nacional de notas fiscais.	Não se aplica

### 3. Série de preços coletados (inc. IV do art. 3º) e indicação clara do valor estimado (inc. VIII do art. 3º)

LOTE 01						
Itens	Código/ALX	Especificação	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Preço de Referência	
					unitário	total
1	16.0152	Papel Cartolina Simples 240 g/m <sup>2</sup> verde	60	Cento	245,67	14.740,20



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
■ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO  
Saab 5 - Diretoria de Licitações e Suprimentos

2	16.0094	Cartão triplex 300 g/m <sup>2</sup> - 77 x 113 cm - branco	40	Cento	305,00	12.200,00
---	---------	--	----	-------	--------	-----------

LOTE 02						
Itens	Código/ALX	Especificação	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Preço de Referência	
					unitário	total
1	16.0222	Papel autocopiativo branco, 66 x 96 cm	12	pct 250 fls	365,00	4.380,00

LOTE 03						
Itens	Código/ALX	Especificação	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Preço de Referência	
					unitário	total
1	42.0014	Papel reciclado 120 g/m <sup>2</sup> - 66cm x 96cm	60	pct 250 fls	397,50	23.850,00
2	42.0015	Papel offset reciclado 180 g/m <sup>2</sup> - 66cm x 96cm	144	Pacote 125 fls.	292,50	42.120,00
3	42.0030	papel reciclado 75 gr/m <sup>2</sup> - 66 x 96 cm	264	Pacote 500fls.	500,00	132.000,00
4	42.0032	Papel reciclado Cartolina 240 g/m <sup>2</sup> - 66 cm x 96cm	240	Pacote 125 fls.	336,25	80.700,00

LOTE 04						
Itens	Código/ALX	Especificação	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Preço de Referência	
					unitário	total
1	42.0035	Papel couche fosco - 66x96 cm - 115 g/m <sup>2</sup>	120	Pacote 250	472,50	56.700,00
2	42.0037	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 150 g/m <sup>2</sup>	120	Pacote 100	159,00	19.080,00
3	42.0044	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 210 g/m <sup>2</sup>	36	Cento	363,00	13.068,00
4	42.0045	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 90 g/m <sup>2</sup>	432	Pacote 250 fls.	267,50	115.560,00
5	42.0060	Papel couchê fosco - 66x96 cm - 300 g/m <sup>2</sup>	100	Cento	377,00	37.700,00

Lote 05					
Itens	Código/ALX	Especificação	Qtde.	Unidade de Fornecimento	Preço de Referência

					unitário	total
1	16.0008	Papel offset 75gr/m <sup>2</sup> - 66 x 96 cm.	384	Pacote 500 fls.	405,00	155.520,00
2	42.0034	Papel offset, 240 g/m <sup>2</sup> , 66 x 96 cm	54	Pacote 100 fls.	254,00	13.716,00
3	42.0047	Papel offset, 90 g/m <sup>2</sup> , 66 x 96 cm	40	PCT 250fls	255,00	10.200,00
4	42.0053	Papel offset, 120 g/m <sup>2</sup> , 66 x 96 cm	60	Pacote 250fls.	275,00	16.500,00

Os documentos que deram suporte aos preços estão instruídos às páginas 118 a 252.

O valor total de referência para a contratação é de **R\$ 748.034,20**.

#### 4. Justificativa para a utilização, isolada ou combinada, dos parâmetros de pesquisa (inc. V do art. 3º) e inc. I e II do art. 4º)

Como parâmetros de pesquisa foram utilizadas fontes correlatas ao inciso I do art. 4º, resultado de consultas de outras licitações registradas em plataformas do Banco de Preços, Compras.Gov e Portal Nacional de Contratações Públicas, páginas 118 a 252, além dos preços informados no Estudo Técnico Preliminar, páginas 106 a 117.

#### 5. Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado (inc. VI, art. 3º)

A definição do valor estimado foi feita com base em cesta de preços, englobando a média dos preços informados no Estudo Técnico Preliminar, Banco de Preços, Compras.Gov e Portal Nacional de Contratações Públicas.

#### 6. Justificativa para metodologia aplicada (inc. VII do art. 3º)

Os resultados obtidos em registros das fontes de pesquisa relacionadas ao inciso I do artigo 4º, da IN 006/2024 foram suficientes para definição dos preços referenciais, que teve como base a média de preços resultantes de consultas às plataformas: Banco de Preços, Compras.Gov e Portal Nacional de Contratações Públicas e os preços informados no Estudo Técnico Preliminar.

#### 7. Justificativa para escolha dos fornecedores (inc. IX do art. 3º) e (inc. I do art. 4º)

Não houve pesquisa com fornecedores.

#### 8. Servidores responsáveis (inc. II do art. 3º)

- Luan Marcel de Jesus Passos, matrícula: 375.932 – Escrevente Técnico Judiciário.
- Guaraci da Silva Ferreira, matrícula: 361.736 – Chefe de Seção.

#### 9. Conclusão da pesquisa de preços realizada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

■ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO

Saab 5 - Diretoria de Licitações e Suprimentos

Trata-se de pesquisa de preços realizada para trâmite de procedimento de licitação com vista à aquisição de papéis diversos utilizados pela Gráfica do Tribunal de Justiça de São Paulo na confecção de impressos, de acordo com o Documento de Formalização de Demanda atualizado (DFD), Estudo Técnico Preliminar atualizado de páginas 106 a 117 e Termo de Referência, páginas 30 a 45.

Serviram de parâmetros de pesquisa, os resultados obtidos em consultas ao Banco de Preços, Compras.Gov e Portal Nacional de Contratações Públicas, fontes correlatas ao inciso I do art. IV, da IN 006/2024, conforme documentado às páginas 118 a 252, além dos preços estimados informados no Estudo Técnico Preliminar, páginas 106 a 117.

Para definição dos preços de referência, foi utilizada a média dos resultados obtidos nas consultas realizadas às plataformas citadas, conforme demonstrado no resultado da pesquisa, página 255/258.

Os códigos dos produtos cadastrados no catálogo Compras.Gov.br constam relacionados no documento de páginas 253 a 254 e os registros do sistema SIAFISCO, no resultado de página 255 a 258.

Assim, encaminhamos para prosseguimento.

São Paulo, data registrada em sistema.

Luan Marcel de Jesus Passos  
Escrevente Téc. Judiciário  
SAAB 5.2.2.2

Guaraci da Silva Ferreira  
Chefe de Seção  
SAAB 5.2.2.2

Adriana A. M. Carvalhaes  
Supervisora  
SAAB 5.2.2

Fonte: [TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo](https://www.tjsp.jus.br)

## ANEXO VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ sob n.º 51.174.001/0001-93, isento de Inscrição Estadual, com sede no Palácio da Justiça, situado à Praça da Sé, s/nº - Centro – CEP 01018-010 – São Paulo – SP, neste ato representado pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, o Excelentíssimo Desembargador ....., doravante designado **TJ/SP**, e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu Estatuto Social, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX – Processo nº 2026/9110**, nos termos da Lei Federal no 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023 e Provimento nº 100/2024, ambos do TJ/SP, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 347/2020 e 351/2020, além das regulamentações estaduais, bem como de toda a legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis, mediante condições e cláusulas a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1-** A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para contratação de empresa especializada para aquisição de papéis diversos, utilizados pela gráfica do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na confecção de impressos, em Lotes, em conformidade com os Anexos a seguir, que ficam fazendo parte integrante desta Ata:
- 1.1.1** – Anexo I – Termo de Referência;
  - 1.1.2** – Anexo I-A – Quantidades;
  - 1.1.3** – Anexo I-B – Especificação Técnica;
  - 1.1.4** – Anexo I-C – Proposta Comercial;
  - 1.1.5** – Anexo II – Termo de Confidencialidade e Proteção de dados;
  - 1.1.6** – Anexo III – Catálogo de Materiais (CatMat).
  - 1.1.7** – Anexo IV – Modelo de Cadastro Reserva;
  - 1.1.8** – Anexo V – Modelo Autorização de Fornecimento;
- 1.2-** **Catálogo de Materiais (CatMat):** conforme Anexo III;
- 1.3-** Fica vedada a adesão por órgãos não participantes à ata de registro de preços decorrente desta licitação, assim como participação de outros órgãos por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que os produtos/serviços serão prestados/fornecidos exclusivamente para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo/TCESP.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA UNIDADE GERENCIADORA

- 2.1-** Fica definida a **SAAB 2.3 - Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial, Oficinas e Mão de Obra Braçal**, como a unidade gerenciadora do Registro de



Preços, cabendo a ela a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, bem como as solicitações para emissão das autorizações de fornecimento, que ficarão a cargo da **SAAB 6.1.1.1 – Seção de Formalização de Contratos de Informática, Fornecimento e Registro de Preço.**

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

**3.1-** Os preços, as quantidades e os produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados no Anexo I-C – Proposta Comercial, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório, conforme tabelas abaixo:

#### Lote 1 – Papel Cartolina/Papel Cartão

Item	Código	Descrição	Unid. Fornecimento	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	16.0152	Papel cartolina simples 240 gr/m <sup>2</sup> Cor ver e – 50x66cm	pacote – 100 fls.	60		
2	16.0094	Cartão triplex 300 g/m <sup>2</sup> - 77 x 113 cm - branco	pacote – 100 fls.	40		

#### Lote 2 – Papel Autocopiativo

Item	Código	Descrição	Unid. Fornecimento	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	16.0222	Papel autocopiativo branco 66x96cm	pacote - 250 fls.	12		

#### Lote 3 – Papel Reciclado

Item	Código	Descrição	Unid. Fornecimento	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	42.0014	Papel reciclado 120 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 250 fls.	60		
2	42.0015	Papel reciclado 180 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 125 fls.	144		
3	42.0030	Papel reciclado 75gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 500 fls.	264		
4	42.0032	Papel reciclado 240 gr/m <sup>2</sup> 66x96cm	pacote – 125 fls.	240		

#### Lote 4 – Papel Couché

Item	Código	Descrição	Unid. Fornecimento	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	42.0035	Papel couche 115 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 250 fls.	120		
2	42.0037	Papel couche 150 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 100 fls.	120		



Item	Código	Descrição	Unid. Fornecimento	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
3	42.0044	Papel couche 210 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 100 fls.	36		
4	42.0045	Papel couchê 90 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 250 fls.	432		
5	42.0060	Papel couchê fosco 300 g/m <sup>2</sup> - 66x96 cm	pacote – 100 fls.	100		

#### Lote 5 – Papel Offset

Item	Código	Descrição	Unid. Fornecimento	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	16.0008	Papel offset 75 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 500 fls.	384		
2	42.0034	Papel off-set 240 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 100 fls.	54		
3	42.0047	Papel offset 90 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 250 fls.	40		
4	42.0053	Papel off-set 120 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 250 fls.	60		

**Observação:** As quantidades constantes desta Ata são estimativas, referindo-se a previsão de consumo para o período de 1 (um) ano de vigência.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO CADASTRO DE RESERVA

- 4.1-** Consta como anexo a esta Ata, o cadastro de reserva referente aos licitantes que:
- 4.1.1-** Aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação da licitação; e
- 4.1.2-** Dos licitantes que mantiveram sua proposta original.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

- 5.1-** O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **30/01/2026**, data do orçamento estimado, com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS PEDIDOS, DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA

- 6.1-** Os materiais objeto desta Ata deverão ser entregues nos termos estabelecidos no art. 6, alínea “e”, inc. XXIII, da Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21, observando-se ainda o disposto no subitem 7 e subitem 8.1 do Anexo I – Termo de Referência.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1-** O recebimento provisório e definitivo do objeto licitado deve ser realizado na forma do Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos do Art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023;
- 7.2-** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I – Termo de Referência;
- 7.3-** Na ausência de prazos no Anexo I, fica estabelecido que:
- 7.3.1-** O recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e
- 7.3.2-** O recebimento definitivo será realizado em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências estabelecidas na Ata e demais anexos.
- 7.4-** O recebimento provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no Anexo I – Termo de Referência.
- 7.5-** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(a) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços.
- 7.6-** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento, deverá ser efetuado com base no objeto licitado e nos produtos/serviços efetivamente entregues/prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos do objeto.
- 7.7-** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços registrados, os seguintes aspectos:
- a) a qualidade do material e dos produtos empregados;
  - b) a presteza no atendimento das solicitações da Administração;
  - c) o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas nesta Ata e demais anexos.
- 7.8-** Caso os materiais não sejam entregues nas formas previstas nos Anexos deste instrumento, a DETENTORA deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

## CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1-** A gestão e fiscalização será exercida no interesse exclusivo do TJ/SP, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da DETENTORA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades.
- 8.2-** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os servidores indicados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da E. Presidência deste Tribunal.

- 8.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o TJ/SP registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à DETENTORA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 8.4-** O(a) Gestor(a) do Contrato deverá solicitar a documentação de habilitação e qualificação, constantes do edital de licitação a fim de verificar se a Contratada mantém as condições exigidas na contratação inicial, a cada seis meses contados da assinatura da ata de registro de preços.
- 8.5-** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

- 9.1-** O prazo de vigência das atas de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se ainda o disposto no Item 3.7 do Anexo I – Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

- 10.1-** O prazo para pagamento será em conformidade com o item 10.5.5 do Anexo I – Termo de Referência;
- 10.2-** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore, em relação ao atraso verificado.
- 10.3-** O credor que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a DETENTORA comprovar a regularização junto a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 10.4-** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverão mencionar o número da Nota de Empenho respectivo, que a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelo(s) servidor(es) designado(s) pela E. Presidência deste Tribunal; e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 10.5-** O recebimento (atesto do documento fiscal) será sempre integral, não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento do bem, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (DETENTORA) e ao(a) Gestor(a) para providências cabíveis.

- 10.5.1-** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do subitem 10.2 desta Ata.
- 10.5.2-** A DETENTORA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo da Ata de Registro de Preços.
- 10.5.3-** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido no edital de Licitação, na nota de empenho, nesta Ata ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no subitem 10.1 será interrompido.
- 10.5.4-** A contagem do prazo previsto para pagamento (item 10.1) será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 10.6-** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que foi verificada a autenticidade da NF-e.
- 10.6.1-** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da *chave de acesso* no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br), NF-e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 10.6.2-** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 10.7-** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 10.8-** As despesas decorrentes desta ata correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa ..... – Fonte .....

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 11.1-** A DETENTORA deverá atender a todas as exigências constantes do Anexo I – Termo de Referência.
- 11.2-** Os (As) fornecedores(as) do objeto incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados(as) a atender aos pedidos contidos na ordem de execução dos serviços, nas condições estabelecidas neste ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.
- 11.3-** Fornecer, nas condições previstas no Edital e nesta Ata, os produtos e serviços objeto deste ajuste.
- 11.4-** Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o produto recusado.
- 11.5-** Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.
- 11.6-** Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na

licitação, sendo verificado pelo Tribunal de Justiça, antes da emissão da ordem de execução dos serviços, por meio eletrônico hábil de informações, as seguintes certidões:

**11.6.1-** Regularidade de débito do fornecedor perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**11.6.2-** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**11.6.3-** Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e a dívida ativa da União);

**11.6.4-** A inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL;

**11.6.5-** Não constar nos cadastros do portal e-sanções da BEC, no portal de transparência, bem como da lista de apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**11.6.6-** Se não for possível obter as certidões na forma estabelecida nesta Cláusula, o fornecedor será notificado para no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da data da notificação, apresentar as mesmas certidões sob pena de a contratação não se concretizar.

**11.7-** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**11.7.1-** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, dever ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:

**11.7.1.1-** Sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**11.7.1.2-** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e;

**11.7.1.3-** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado **e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

**11.8-** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o subitem 11.7 e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização de termo aditivo na hipótese de que trata o subitem 11.7.1.

#### **11.9. Cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**

**11.9.1-** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos do art. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020;

- 11.9.2-** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: [daps@tjsp.jus.br](mailto:daps@tjsp.jus.br), contendo:
- 11.9.2.1-** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;
- 11.9.2.2-** Nome da empresa contratada;
- 11.9.2.3-** Descrição sucinta dos acontecimentos.
- 11.9.3-** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: [daps@tjsp.jus.br](mailto:daps@tjsp.jus.br);
- 11.9.4-** A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: [atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557](https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557);
- 11.9.5-** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio da Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO TJ/SP

- 12.1-** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.
- 12.2-** Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para a entrega do objeto licitado.
- 12.3-** Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.
- 12.4-** Convocar a DETENTORA para a realização dos serviços mediante a emissão da Ordem de Início dos Serviços.
- 12.5-** Prestar aos funcionários da DETENTORA todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.
- 12.6-** Proporcionar todas as facilidades para que a DETENTORA possa desempenhar seus serviços.
- 12.7-** Notificar a DETENTORA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 12.8-** Efetuar o pagamento à DETENTORA de acordo com os prazos e condições estabelecidos nesta Ata.
- 12.9-** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.



**12.10-** O **CONTRATANTE** terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1-** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2724/2023;

**13.2-** Na penalidade de multa, **caso não esteja estipulada nos Anexos desta Ata de Registro de Preços** será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

**13.2.1-** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos bens ou serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;

**13.2.2-** 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

**13.2.3-** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

**13.2.4-** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim;

**13.2.5-** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor do Contrato, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, incluindo a assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, compra ou obra;

**13.3-** A contratada que der causa à inexecução total do contrato, que der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, **poderá ficar impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos;

- 13.4-** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, **ficará proibida de licitar e contratar**, através da Declaração de Inidoneidade, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- 13.4.1-** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do subitem 13.3, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 13.4;
- 13.5-** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei 14.133/2021;
- 13.6-** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente;
- 13.7-** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis;
- 13.8-** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 47, da Lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1-** As partes contratadas estão sujeitas, além das cláusulas desta Ata e do Edital, às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como toda a legislação atinente à matéria.
- 14.2-** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o TJSP não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.3-** Os preços registrados, os quantitativos, o fornecedor e a especificação resumida do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata de Registro de Preços, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Eletrônico da



Justiça do Estado de São Paulo (DEJESP) e nos sítios eletrônicos [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br) e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br);

**14.4-** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta contratação e extinguir o registro de preços celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-seo contraditório e ampla defesa, quando:

**14.4.1-** A DETENTORA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);

**14.4.2-** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

**14.4.3-** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

**14.4.4-** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**15.1 -** Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a empresa detentora da ata deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados, Anexo II desta Ata de Registro de Preços, para todas as contratações que dela advirem.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**16.1-** O registro do fornecedor e dos preços registrados poderão ser cancelados na ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 24 e 25 do Provimento nº 100/2024.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

**17.1-** Para dirimir as questões oriundas desta Ata será competente o Foro da Comarca de São Paulo.

Nada mais, lido e achado em conformidade, vai assinada pelas partes, atendidas as formalidades legais.

**NOME REPRESENTANTE TJSP**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
(assinado digitalmente)

DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
<b>EMPRESA</b> CNPJ: Endereço: Fone: E-mail: Representante: (nome), RG nº (xxxxxxx), CPF nº (xxxxx) (assinado digitalmente)

#### ANEXO IV – MODELO DE CADASTRO RESERVA

- 1- Constitui anexo desta Ata o CADASTRO RESERVA PARA REGISTRO DE PREÇOS, para o registro de preços para contratação de empresa especializada para aquisição de papéis diversos, utilizados pela gráfica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na confecção de impressos, em Lotes, no regime de execução de empreitada por preço unitário, obedecendo à ordem de classificação, conforme descrito abaixo:

- 1.1- Relação de empresas que se enquadram nos termos do subitem 4.1.1 da Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços (preços iguais ao da detentora da ARP):

Ordem de Classificação nº:

Nome Empresa:

CNPJ:

Valor da Proposta:

- 1.2- Relação de empresas que se enquadram nos termos do subitem 4.1.2 da Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços (manutenção da proposta original):

Ordem de Classificação nº:

Nome Empresa:

CNPJ:

Valor da Proposta:

**A N E X O V**

**MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

**PROCESSO Nº [ ]**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [ ]**

**CONTATO:** Nome: [ ]

Tel: [ ]

E-mail: [ ]

**NOTA DE EMPENHO: [ ]**

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº [ ]**

Fica a empresa [ ], CNPJ nº [ ], pelo presente, autorizada a fornecer os itens abaixo / executar os serviços abaixo, de acordo com as quantidades e local a seguir discriminados, observando-se ainda o disposto nas demais cláusulas da Ata de Registro de Preços em tela.

CÓDIGO	MATERIAL	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**Prazo e Local de Entrega:** A entrega deverá ocorrer, no prazo de [ ] ([ ]) dias, contados a partir do recebimento desta, no local abaixo, após imprescindível agendamento prévio:  
[ ]

**Coordenadoria de Contratos Administrativos**

**SAAB 6.1**

**(assinado digitalmente)**

## ANEXO VII - Minuta da Ata de Registro de Preços (Participante – TCESP)

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ sob n.º 50.290.931/0001-40, isento de Inscrição Estadual, com sede no Estado de São Paulo, situado na Avenida Rangel Pestana, 315, CEP 01017-906 São Paulo – SP, neste ato representado por seu Diretor Técnico do Departamento Administrativo, Sr. Carlos Eduardo Corrêa Malek, doravante designado **TCESP**, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) Estatuto(s) Social(is), em ordem de preferência por classificação, doravante denominada(s) **DETENTORA(S)**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ – Processo nº 9110/2026**, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP), nos termos da Lei Federal no 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023 e Provimento nº 100/2024, ambos do TJ/SP, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 347/2020 e 351/2020, bem como de toda a legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis, mediante condições e cláusulas a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1–** Registro de Preços para aquisição de papéis diversos, utilizados pela gráfica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo/TCESP na confecção de impressos, em lotes, em conformidade com os Anexos a seguir, que ficam fazendo parte integrante desta Ata:

- 1.1.1-** Anexo I- Termo de Referência;
- 1.1.2-** Anexo II - Especificação Técnica;
- 1.1.3-** Anexo III- Proposta Comercial;
- 1.1.4-** Anexo IV- Locais de entrega;
- 1.1.5 -**Anexo V- Modelo Cadastro de Reserva.
- 1.1.6 -**Anexo VI- Modelo Autorização de Fornecimento.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

**2.1-** Fica definido o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo como Órgão Gerenciador do Registro de Preços, cabendo a ele a prática de todos os atos previstos no art. 6º do Provimento nº 100/2024.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

**3.1-** Fica definido o **TCESP** como Órgão Participante do Registro de Preços, cabendo a ele a prática de todos os atos previstos no art. 7º do Provimento nº 100/2024.

## CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

**4.1-** Os preços, as quantidades e os produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados no Anexo III – Proposta Comercial, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório, conforme abaixo:

### Lote 1 – Papel Cartolina/Papel Cartão

Item	Código	Descrição	Unid. Fornecimento	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	16.0152	Papel cartolina simples 240 gr/m <sup>2</sup> Cor ver e – 50x66cm	pacote – 100 fls.	05		

### Lote 3 – Papel Reciclado

Item	Código	Descrição	Unid. Fornecimento	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	42.0014	Papel reciclado 120 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 250 fls.	04		
2	42.0015	Papel reciclado 180 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 125 fls.	108		
3	42.0030	Papel reciclado 75gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 500 fls.	04		
4	42.0032	Papel reciclado 240 gr/m <sup>2</sup> 66x96cm	pacote – 125 fls.	12		

### Lote 4 – Papel Couché

Item	Código	Descrição	Unid. Fornecimento	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	42.0035	Papel couche 115 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 250 fls.	12		
2	42.0037	Papel couche 150 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 100 fls.	20		
3	42.0044	Papel couche 210 gr/m <sup>2</sup> - 66x96cm	pacote – 100 fls.	3		

Item	Código	Descrição	Unid. Fornecimento	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
4	42.0045	Papel couchê 90 gr/m² - 66x96cm	pacote – 250 fls.	40		

#### Lote 5 – Papel Offset

Item	Código	Descrição	Unid. Fornecimento	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
2	42.0034	Papel off-set 240 gr/m² - 66x96cm	pacote – 100 fls.	6		
3	42.0047	Papel offset 90 gr/m² - 66x96cm	pacote – 250 fls.	1		
4	42.0053	Papel off-set 120 gr/m² - 66x96cm	pacote – 250 fls.	1		

**Observação:** As quantidades aqui constantes são estimativas, referindo-se à previsão de consumo para período de 1 ano da vigência desta Ata.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

**5.1.** Os valores registrados poderão ser reajustados a cada período de 1 (um) ano, contado de **30/01/2026**, conforme item 3.7.2.1 do Anexo I – Termo de Referência.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS PEDIDOS, DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA

**6.1-** Os materiais objeto desta Ata deverão ser entregues nos termos estabelecidos no art. 6, alínea “e”, inc. XXIII, da Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21, observando-se ainda o disposto no Anexo I – Termo de Referência.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

**7.1-** O recebimento provisório e definitivo do objeto licitado deve ser realizado na forma do Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.2-** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I – Termo de Referência;

**7.3-** Na ausência de prazos no Anexo I, fica estabelecido que:

**7.3.1-** O recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e

**7.3.2-** O recebimento definitivo será realizado em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências estabelecidas na Ata e demais anexos.

**7.4-** O recebimento provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no Anexo I – Termo de Referência.

**7.5-** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços.

**7.6-** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento, deverá ser efetuado com base no objeto licitado e nos produtos/serviços efetivamente entregues/prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos do objeto.

**7.7-** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços registrados, os seguintes aspectos:

- a) a qualidade do material e dos produtos empregados;
- b) a presteza no atendimento das solicitações da Administração;
- c) o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas nesta Ata e demais anexos.

**7.8-** Caso os materiais não sejam entregues nas formas previstas nos Anexos deste instrumento, a DETENTORA deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE RP**

**8.1-** A gestão e fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será realizada por Comissão de Recebimento formalmente designada para tais finalidades.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

**9.1-** O prazo de vigência das atas de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**10.1.** O prazo para pagamento será em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência.

**10.2.** Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da DETENTORA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.



- 10.3.** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a DETENTORA comprovar a regularização junto à **DM-3 – Seção de Almoxarifado do TCESP**, para efeito de regular pagamento.
- 10.4.** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverão mencionar o número da Nota de Empenho respectiva, que a **DM-3 – Seção de Almoxarifado** - remeterá à empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos servidores designados nos termos da **Cláusula Oitava desta Ata de Registro de Preços**; e em seguida encaminhadas à **Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF** – para efetivo pagamento.
- 10.5.** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (DETENTORA) pela **Comissão de Recebimento designada para a gestão da presente Ata de Registro de Preços**, a qual tomará as providências cabíveis.
- 10.5.1.** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **item 10.2**.
- 10.5.2.** A DETENTORA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no quadro de dados da DETENTORA.
- 10.5.3.** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido no edital de licitação, na nota de empenho, na Ata de Registro de Preços e seus anexos ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento serão devolvidas ao emitente (DETENTORA) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que, neste caso, o prazo previsto no **item 10.1** será interrompido.
- 10.5.4.** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 10.6.** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.
- 10.6.1.** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br), NF- e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 10.6.2.** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.

- 10.7.** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 10.8.** As despesas decorrentes da execução desta Ata correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento Fiscal vigente, na Funcional Programática 01.032.0200.4821, Elemento: \_\_.\_\_.\_\_\_\_, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e as despesas de exercícios futuros correrão à conta da dotação a ser consignada ao Tribunal no orçamento desses exercícios.
- 10.9.** Não serão consideradas como atraso no pagamento as retenções efetuadas em virtude da aplicação da Resolução nº 11/2023 do TCESP.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

- 11.1-** A DETENTORA deverá atender a todas as exigências constantes do Anexo I – Termo de Referência.
- 11.2-** Os (As) fornecedores(as) do objeto incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados(as) a atender aos pedidos contidos na ordem de execução dos serviços, nas condições estabelecidas neste ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.
- 11.3-** Fornecer, nas condições previstas no Edital e nesta Ata, os produtos e serviços objeto deste ajuste.
- 11.4-** Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o produto recusado.
- 11.5-** Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.
- 11.6-** Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, sendo verificado pelo Tribunal de Justiça, antes da emissão da ordem de execução dos serviços, por meio eletrônico hábil de informações, as seguintes certidões:
- 11.6.1-** Regularidade de débito do fornecedor perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.6.2-** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 11.6.3-** Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e a dívida ativa da União);
- 11.6.4-** A inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”;
- 11.6.5-** Não constar nos cadastros do portal e-sanções da BEC, no portal de transparência, bem como da lista de apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 11.6.6-** Se não for possível obter as certidões na forma estabelecida nesta Cláusula, o fornecedor será notificado para no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da data da notificação, apresentar as mesmas certidões sob pena de a contratação não se concretizar.
- 11.8-** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**11.8.1-** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, dever ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:

**11.8.1.1-** Sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**11.8.1.2-** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e;

**11.8.1.3-** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado **e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

**11.8-** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o subitem 11.8 e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização de termo aditivo na hipótese de que trata o subitem 11.8.1.

#### **11.9- Cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**

**11.9.1-** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos do art. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020;

**11.9.2-** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

**11.9.2.1-** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

**11.9.2.2-** Nome da empresa contratada;

**11.9.2.3-** Descrição sucinta dos acontecimentos.

**11.9.3.** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br;

**11.9.4.** A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557;

**11.9.5.** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do

Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO TCESP**

- 12.1-** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.
- 12.2-** Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos.
- 12.3-** Prestar à DETENTORA todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- 12.4-** Supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo das responsabilidades da DETENTORA sobre os mesmos;
- 12.5-** Informar à DETENTORA todos os bens a serem entregues, assim como o endereço do local que os receberá, e demais informações necessárias.
- 12.6-** Permitir amplo e livre acesso às localidades para entrega dos bens, observando as normas internas de segurança.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 13.1-** Aplicam-se às obrigações decorrentes do presente ajuste as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Provimento CSM nº 2.724/2023, Capítulo XII, do TJ/SP, conforme disposto no Anexo I - Termo de Referência, na **Resolução TCESP nº 11/2023** e no Edital de Licitação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1-** As partes signatárias deste instrumento estão sujeitas, além das cláusulas desta Ata e do Edital, às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como toda a legislação atinente à matéria.
- 14.2-** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o **TCESP** não será obrigado a se utilizar das quantidades parciais ou totais do objeto deste instrumento, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.3-** Os preços registrados, os quantitativos, o fornecedor e a especificação resumida do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata de Registro de Preços, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no **Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (DOE-TCESP)**, na forma de extrato.
- 14.4-** O **TCESP** poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência do presente registro de preços e extinguir os preços e o fornecedor

registrados, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:

- 14.4.1-** A DETENTORA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou **TCESP** (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 14.4.2-** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 14.4.3-** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 14.4.4-** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TJ/SP ou **TCESP**, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E FORNECEDOR**

- 15.1-** O registro do fornecedor e dos preços registrados poderão ser cancelados na ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 24 e 25 do Provimento nº 100/2024.
- 15.2-** Em caso de cancelamento da Ata de Registro de Preços, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de fornecimento remanescente, nos termos do art. 90, §7º da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 16.1-** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 16.2-** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

- 16.3-** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 16.4-** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Detentora.
- 16.5-** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Detentora eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 16.6-** É dever da Detentora orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 16.7-** A Detentora deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 16.8-** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Detentora atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 16.9-** A Detentora deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 16.10-** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 16.11-** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 16.12-** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

- 17.1-** Para dirimir as questões oriundas desta **Ata** será competente o Foro da Comarca de São Paulo.

Nada mais, lido e achado em conformidade, vai assinada pelas partes, atendidas as formalidades legais.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(assinado digitalmente)



DETENTORA
<b>EMPRESA</b> [ _____ ] <b>CNPJ:</b> [ _____ ] <b>Endereço:</b> [ _____ ] <b>Fone:</b> (____) _____ <b>E-mail:</b> _____ <b>Representante:</b> ( ), RG nº ( ) e CPF nº ( ) <b>(assinado digitalmente)</b>



### ANEXO V – MODELO DE CADASTRO RESERVA

- 1-** Constitui o presente anexo, o CADASTRO RESERVA à Ata de Registro de Preços, para aquisição de papéis diversos, utilizados pela gráfica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo/TCESP na confecção de impressos, em lotes, obedecendo à ordem de classificação, conforme descrito abaixo:

**1.1-** Relação de empresas que mantiveram os preços iguais ao da detentora da ARP:

Ordem de Classificação nº:

Nome Empresa:

CNPJ:

Valor da Proposta:

**1.2-** Relação de empresas que mantiveram a proposta original:

Ordem de Classificação nº:

Nome Empresa:

CNPJ:

Valor da Proposta:



**A N E X O VI**

**MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

**PROCESSO Nº [ ]**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [ ]**

**CONTATO:** Nome: [ ]

Tel: [ ]

E-mail: [ ]

**NOTA DE EMPENHO: [ ]**

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº [ ]**

Fica a empresa [ ], CNPJ nº [ ], pelo presente, autorizada a fornecer os itens abaixo / executar os serviços abaixo, de acordo com as quantidades e local a seguir discriminados, observando-se ainda o disposto nas demais cláusulas da Ata de Registro de Preços em tela.

CÓDIGO	MATERIAL	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**Prazo e Local de Entrega:** A entrega deverá ocorrer, no prazo de [ ] ([ ]) dias, contados a partir do recebimento desta, no local abaixo, após imprescindível agendamento prévio:  
[ ]

**Coordenadoria de Contratos Administrativos**

*(assinado digitalmente)*